

humanitas

Vol. XV–XVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HUMANITAS

VOLS. XV E XVI



COIMBRA
MCMLXIII-LXIV

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO NO SÉCULO XVI

Portugal, nos alvares da Renascença, mercê de fáceis mas opulentos caminhos abertos à curiosidade e ambição da Europa, não se torna apenas o trampolim do Ocidente para novos mundos: constitui um centro de interesse cultural, para onde confluem, em vagas sucessivas, elementos de escol do humanismo europeu. Da Itália, lançam-se, na peugada de Mateus de Pisano (1), Fr. Justo Baldino (2) e Cataldo Áquila Parisio Sículo (3). Da Flandres, Nicolau Clenardo (4) e João Vaseu (5). De França, Diogo Sigeu (6). Da Espanha, Dom Diogo Ortiz de Vilhegas (7) e tantos mais.

E os estrangeiros, que não podiam vir, procuravam deslumbrar-nos, de longe, com relâmpagos de cultura clássica greco-latina. Ângelo Poliziano, apesar do luxo da corte dos Médicis, que desabrochava em toda a sua plenitude literária e artística, felicita-se por ter oportunidade

(1) *De Bello Sept ensi*, em «Collecção de Livros Inéditos de História Portuguesa» (ed. da Academia Real das Ciências), I, Lisboa, 1790, págs. 7-57.

(2) Mendes dos Remédios, *História da Literatura Portuguesa* (6.^a ed.), págs. 139, Coimbra, 1930.

(3) António Caetano de Sousa, *História Genealógica*, III, Lisboa, 1737, págs. 156. *Provas*, II, Lisboa, 1742, págs. 197-207; Leitão Ferreira, *Notícias Chronologicas da Universidade de Coimbra*, I (2.^a ed., Coimbra, 1937), págs. 366-367; Francisco de Sousa Viterbo, *A Cultura Intelectual de D. Afonso V*, em «Archivo Historico Portuguez», II, Lisboa, 1904, págs. 254-268 (Ver págs. 260); Guido Batelli, *Parisio Cataldo Sículo*, em «O Instituto» LXXVIII, Coimbra, 1929, págs. 628-634 e Luís de Matos, *Nótulas sobre o humanista italiano Cataldo Áquila Sículo*, em «A Cidade de Évora», X, 35-36, Évora, 1954, págs. 3-13.

(4) M. Gonçalves Cerejeira, *Clenardo e a sociedade do seu tempo*, IV (3.^a ed., Coimbra, 1949), págs. 58-67.

(5) *Ibid.*, págs. 273 e ss..

(6) Antonio José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, II, Lisboa, 1953, págs. 187-188 e 533.

(7) Alexandre de Lucena e Vale, *D. Diogo Ortiz de Vilhegas*, págs. 27 e ss., Gaia, 1934.

de corresponder-se com tão ilustre monarca como D. João II (1). Aldo Manúzio, o célebre impressor veneziano *doublé* de humanista, que abre a série da mais primorosa editorial do século, aponta, em encomiásticas expressões aos príncipes do seu tempo, a actividade expansionista do *Venturoso* (2), como Marco Pórzio, diante de Leão X, o exalta pela tomada de Malaca à ponta da espada de Albuquerque (3).

Cabe, porém, a parte do leão, nestes encómios estranhos, nem sempre isentos, valha a verdade, a Dom João III. Erasmo consagra-lhe as suas *Lucubrationes Chrysostomi*, em 1527 (4). No ano seguinte, o geógrafo-médico francês João Fernel faria idêntica homenagem, na sua *Cosmotheoria* (5), e o espanhol João Luís Vives, três anos depois, em 1531, mimoseava-o com a dedicatória do *De corruptis artibus et tradendis disciplinis* (6), para não falar em Tournhout, com o seu *De Ecclesiasticis Scripturis et Dogmatis* (7). Um verdadeiro enxame de abelhas, à volta do mel capitoso da pimenta e do cravo, que escorria das naus reais portuguesas, e de que nem sempre participavam, certos zângãos, mais ruidosos que fecundos.

Uma nova e alterosa vaga de humanismo se ergueu e prometia espriar-se através de Portugal, quando D. João III, depois de ter reformado, na Universidade de Coimbra, os estudos superiores, se voltou para os médios, com a fundação do Real Colégio das Artes. O monarca, desgostoso com a organização e resultado prático do ensino das humanidades, proporcionado nas escolas supeditadas à Universidade e ao Mosteiro de Santa Cruz (8), por fins de 1542 ou princípios de 1543,

(1) Ângelo Poliziano, *Opera*, Lugduni, 1528-1533, págs. 584.

(2) Joaquim de Carvalho, *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XVI*, II, Coimbra, 1948, págs. 23.

(3) Afonso de Albuquerque, *Comentários*, III (ed. de António Baião, Coimbra, 1923), págs. 140. Afonso de Albuquerque chama-lhe Camilo Pórcio. Cfr. Teófilo Braga, *Os poetas palacianos*, págs. 299 e ss., Porto, 1871; Fidelino de Figueiredo, *A épica portuguesa no século XVI*, págs. 109, S. Paulo, 1950; Marcel Bataillon, *Études sur le Portugal au temps de l'humanisme*, Coimbra, 1952, págs. 73-79.

(4) Cfr. P. S. Allen-M. H. Allen, *Opus epistolarum Desiderii Erasmi Roterdami*, Oxonii, 1926, págs. 83: epist. 1800.

(5) Imprensa em Paris, em 1528.

(6) Antuerpia, 1531.

(7) António José Saraiva, *op. cit.*, II, págs. 531.

(8) Mário Brandão, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, I, Coimbra, 1948, págs. 443-444. Cfr. João Vaseus, *Chronici rerum memorabilium Hispaniae*, IX, Salamanca, 1552.

decidira a fundação de um instituto independente, à maneira do Colégio Trilingue, lançado por Jerónimo Busleyden, em Lovaina, ou do *Collège Royal*, mais tarde denominado *Collège de France*, criado em Paris por Francisco I, mediante sugestão de Guilherme Budé(1). Era preciso, porém, quem tomasse em mãos experientes a instituição. Dois homens se apresentavam, particularmente capacitados, para esse mister: o velho Principal de Santa Bárbara, Diogo de Gouveia Sénior, e seu sobrinho, então Principal do *Collège de Guyenne*, em Bordéus, Mestre André de Gouveia. Diogo elevara Santa Bárbara a grande prestígio pedagógico e nele formou, nas ciências e nas letras, a maioria dos bolsseiros enviados de Portugal para França (2). André, que o substituirá, algum tempo (3), no cargo, mas, por questões pessoais de interesse e, talvez, de ideias, abandonou o posto, para tomar conta, em 1534, do Colégio de Guiena, comprometido pela má administração de Jean Tartas, não tardou a elevá-lo a instituição de primeira categoria, o que lhe valeu a já, tantas vezes, repetida loa de Miguel Montaigne: «Andreas Goveanus, nostre principal, comme en toutes altres parties de sa charge, feut sans comparai-son le plus grand principal de France» (4). O grupo selecto de profes-sores, que trouxera de Paris — o valenciano João Gélida, Diogo de Teive, Nicolau Grouchy, Guilherme de Guérente — foi reforçado, pouco depois, com seu irmão António de Gouveia e, em 1525, com Mathurin Cordier, Cláudio Budin, Junius Rabirius e Arnaldo Fabricio, seguidos por João da Costa, em 1538 e, em 1539, Elias Vinet, com o escocês Jorge Buchanan (5).

Apesar dos rumores, aliás fundados, das ideias heterodoxas entre grande parte dos mestres e, também, dos alunos do Colégio de Guiena, que tinham levado as autoridades eclesiásticas e civis a medidas severas, noticiadas para Portugal pelo despeitado ex-principal de Santa Bárbara, Diogo de Gouveia Sénior, ou outros portugueses, que de quando em quando passavam por Bordéus, D. João III optou por Mestre André.

Às informações desfavoráveis, contrapunham-se outras, francamente

(1) *Ibid.*, págs. 272. Cfr. António José Saraiva, *op. cit.*, II, págs. 159.

(2) Luís de Matos, *Les Portugais à l' Université de Paris*, págs. 29 e ss., *Co im-bra*, 1950. Cfr. *ibid.*, págs. 46 e ss.. Mário Brandão, *ibid.*, 108 e ss. ; 199 e ss. ; 255 e ss..

(3) Luís de Matos, *ibid.*, págs. 80 e ss.. Mário Brandão, *op. cit.*, págs. 183 e ss.. Cfr. *ibid.*, págs. 255.

(4) Michel de Montaigne, *Essais* 1, XXV, Paris, 1834, 87b.

(5) Mário Brandão, *op. cit.*, págs. 258 e ss..

benévolas, embora insuficientemente fundadas, sobre a austeridade aparente da vida moral e religiosa do Principal do *Collège de Guyenne*, como eram as do Bispo de Safim, D. Gonçalo Pinheiro, em sua carta ao rei, de 6 de Fevereiro de 1539; e, sobretudo, as de pessoas de tanta autoridade como os Dominicanos Fr. Jerónimo de Padilha e Fr. Jorge de Santiago, gratos aos bons ofícios, que André lhes prestara, na sua acidentada viagem de regresso do Capítulo Geral da Ordem, reunido em Roma, no curso de 1542(1).

No fim deste ano ou princípios de 1543, el-rei chamou a Portugal Mestre André. O principal andava desejoso de tornar à Pátria. O cargo do Colégio de Guena era rendoso: uns 200S000 reis anuais. Mas as sobrecargas sociais, agravadas pelo pundonor lusitano, deviam ser superiores. Apesar do subsídio dos seus canonicatos na Colegiada e Catedral de S. João de Bazas, com outros benefícios anexos, na diocese e em Bordéus, a situação financeira de Gouveia era pouco brilhante, tendo de recorrer a empréstimos e expedientes comerciais para arredondar contas (2).

Acima, porém, de preocupações financeiras, parece terem actuado nele as saudades do terrunho e a ânsia de repouso e paz, na sua agitada vida de exilado, para aceitar o convite de D. João III.

Era sub-principal do Colégio, Mestre João da Costa. Passando-lhe procuração para o representar na ausência e fazendo vir de Poitiers Diogo, para auxiliar o substituto no governo da casa, partiu para Lisboa, possivelmente na companhia do antigo embaixador de Portugal junto de Francisco I, D. Francisco de Noronha.

Na Primavera de 1544, voltou a Bordéus. Levava, agora, encargo de recrutar um grupo selecto de colaboradores para o novo Colégio Real de Coimbra.

Por sugestão sua, o monarca convidava, designadamente, Diogo de Teive e João da Costa. O primeiro fora já comissionado para procurar, também, professores de renome, que perfizessem o corpo docente, e adquirir material de imprensa com que el-rei, muito avisadamente, pensava dotar a instituição (3).

Em 1545, tomava conta do Colégio de Guena João Gélida, por esse tempo Principal do Colégio do Cardeal Lemoine de Paris e amigo

(1) *Ibid.*, págs. 487.

(2) *Ibid.*, págs. 496.

(3) *Ibid.*, págs. 497.

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 265

de Mestre André, embora o dimissionário reservasse o direito de volta ao principalato bordalês, quando quisesse (1).

Os preparativos das instalações, em Coimbra, arrastavam-se mais do que se previra. A peste de Bordéus e os esforços de Gélida para organizar novos quadros, já que os antigos iam ficar desfalcados, complicavam o assunto.

Em fins de 1546, D. João III chamou, de novo, a Portugal Mestre André, que se fez acompanhar de Diogo de Teive. A 21 de Janeiro de 1547, ele regressava a Bordéus para ultimar a abalada definitiva, com o seu estado-maior de mestres congregados, para a escola de Coimbra. Tentou, ainda, aliciar para esta, em nome do rei, o próprio Gélida, que não aceitou. Ao menos, queria fazer-se substituir no principalato bordalês por seu irmão António. Mas os *Jurâtes* da cidade não sancionaram a preterição de Gélida (2).

No mês Março de 1547, partiram os membros do corpo docente do novo Colégio Real, divididos em dois grupos. Do primeiro, faziam parte Jorge Buchanan, Arnaldo Fabricio, Nicolau Grouchy e Guilherme de Guérente. Do segundo, João da Costa, Diogo de Teive, António Mendes e Elias Vinet. Ambos os grupos eram acompanhados por alguns servidores e estudantes, que abandonavam Bordéus, e um fidalguinho francês, que se aventurara a vir estudar em Coimbra.

A viagem, através de Castela-a-Velha por Burgos e Salamanca, com tempo áspero e em plena Quaresma, foi dura. Para amenizá-la, resolveram cortar a direito por Torre de Moncorvo para o Minho, a fim de passar a Semana Santa em Braga, terra natal de Diogo de Teive. Domingo de Pascoela, 17 de Abril, estavam em Coimbra; mas seguiram de longada até à Corte, que assistia em Almeirim, aonde os foi encontrar André de Gouveia, pois abalara mais tarde de Bordéus, em fins de Março, com Jacques Topie e Patrício Buchanan, irmão de Mestre Jorge.

D. João III nem sequer tinha conseguido alojar o novo Colégio Real. Os lentes aboletaram-se em Santarém, esperando ordens. Na iminência de nova demora, o monarca optou por pedir emprestados ao Governador e Reformador dos Crúzios, Fr. Brás de Braga, os edifícios dos Colégios de S. Miguel e de Todos os Santos. Os cursos parece terem começado, parcialmente, em Setembro, mas em condições precárias, continuando

(1) *Ibid.*, págs. 498.

(2) *Ibid.*, págs. 503 e 498.

a funcionar as escolas da Universidade, nos Gerais Dionisianos, com os antigos lentes (1). A 21 de Fevereiro de 1548, fez-se a solene abertura do Real Colégio das Artes, na Sofia, discursando Arnaldo Fabricio (2). Havia dupla expectativa pela docência bordalesa : a fama da competência científica dos mestres e o sobressalto das suas tendências reformistas. As aulas começaram no dia seguinte e, a 27, no Conselho-mor da Universidade, mandou-se notificar, aos regentes de Artes desta, que passassem a leccionar no novo Colégio Real (3).

A história de todos estes acontecimentos, em todas as suas vicissitudes, está objectivamente feita pelo Professor Mário Brandão. Queremos, apenas, sublinhar alguns aspectos. À chegada dos bordaleses, duas figuras dominavam o ambiente cultural coimbrão. Em Santa Cruz, Fr. Brás de Braga, da Ordem de S. Jerónimo e antigo aluno de Paris e Lovaina, era o inteligente reformador dos cônegos regrantes e um grande promotor das letras (4). Na Universidade, desempenhava as funções de Reitor, desde 1543, outro hieronimita empreendedor, enérgico mas equilibrado e compreensivo — Fr. Diogo de Murça —, um dos mais insignes prelados da vida universitária ressurgida, que também cursara com prestígio as Universidades de Paris e Lovaina. A sua acção no renovoamento estatutário da Universidade e na unificação dos estudos superiores, bem como no desenvolvimento da organização colegial, é de primeira ordem (5). As Faculdades de Teologia, de Medicina e de Leis Canónicas e Civis, atingiam esplendor nunca visto. Contavam-se, então, entre os seus lentes, figuras de primeira linha, na eclosão da cultura peninsular: Martim de Azpilcueta Navarro, Manuel da Costa, Aires Pinei, Afonso do Prado, Fr. Martinho de Ledesma, Paio Rodrigues de Vilarinho, Marcos Romeiro, Luís de Alarcón, Francisco de Monzón, Rodrigo Reinoso, João de Morgovejo, Fr. João de Pedraza, Gonçalo Vaz Pinto, António Soares, Fábio Arcas de Nárnia e Ascânio Escoto, Henrique Cuelhar, Tomás Rodrigues da Veiga e outros. Os próprios estudos humanísticos dispunham de

(1) *Ibid.*, págs. 505e ss..

(2) *Ibid.*, págs. 519e ss..

(3) *Ibid.*, págs. 521. Cfr. *O Colégio das Artes, Coimbra, 1924*, págs. 84 e 460.

(4) Joaquim de Carvalho, *Instituições de Cultura*, em «História de Portugal», ed. de Damião Peres e Eleutério Cerdeira, IV, Barcelos, 1932, págs. 268 e ss. ; Mário Brandão-M. Lopes de Almeida, *A Universidade de Coimbra*, págs. 181 e ss. Coimbra, 1937.

(5) *Ibid.*

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 267

mestres de Grego como o alemão Vicente Fabricio, que deslumbrou, na altura da sua docência helenística, mestre Nicolau Clenardo, ou de professores de Retórica como João Fernandes, e de gramáticos como Pero Henriques, Gonçalo Álvares e Inácio de Morais (1).

Os colégios universitários iam-se perfilando sucessivamente na Rua da Sofia. Para além dos de Todos os Santos e de S. Miguel, sustentados pelo Mosteiro de Santa Cruz e onde o Rei, como fica dito, instalou provisoriamente o seu Colégio Real das Artes, ergueu-se o Colégio do Carmo, em 1540, graças aos esforços de Fr. Baltasar Limpo. O Colégio da Graça, mercê do dinamismo de Fr. Luís de Montoia, secundado pela munificência real, tornou-se realidade, de 1543 a 1548, para os Eremitas Calçados de Santo Agostinho. Em 1546, tocou a vez ao Colégio de S. Tomás para os Dominicanos, promovido mansamente pelo seu reitor e erudito lente de Teologia na Universidade, Fr. Martinho de Ledesma. Pouco antes, antecipara-se o Colégio Cisterciense de S. Bernardo, dotado pelo Cardeal D. Henrique, como Abade Comendatário de Alcobaça, em 1550. O Colégio de S. Pedro, de iniciativa do futuro Bispo de Miranda, Doutor Rui Lopes de Carvalho, principiara em 1543 e, em 1545, estava a funcionar. Na cidade alta, lançava igualmente raízes, a 2 de Julho de 1542, o Colégio de Jesus, para estudantes jesuítas, e tal que havia de ser um dos mais ceiebrados na Cristandade, com enorme projecção ultramarina para Portugal (2).

Os mestres bordaleses, cheios de prestígio intelectual e pedagógico, sentiam-se predestinados a exercer funções de grande responsabilidade, como eram as de dar princípio ao ensino médio português, em bases modernas e eficientes. Mas, como se vê, não chegavam a qualquer Beócia da Europa, remoto deserto onde as humanidades clássicas não tivessem ainda florido. A obra inteligente dos bolseiros nas universidades estrangeiras, e nomeadamente em Paris, tinha dado os seus frutos, embora pedagogicamente não tão fecundos e estáveis, entre

(1) Mário Brandão-M. Lopes de Almeida, *op. cit.*, págs. 210-211. Cfr. Francisco Leitão Ferreira, *Notícias Chronologicas da Universidade de Coimbra*, *passim*. Entre todos os humanistas portugueses, o que maior consideração parece ter merecido a Buchanan foi D. Jerónimo Osório. O seu *De Gloria libri V*, impresso em Coimbra em 1549, foi oferecido pelo humanista escocês à Universidade de St. Andrews. Cfr. *George Buchanan-A Memorial*, págs. 407 e ss..

(2) Mário Brandão-M. Lopes de Almeida, *op. cit.*, págs. 197 e ss.

nós, nos estudos clássicos, como se esperava (1). É, entre estes adventícios, que surge Jorge Buchanan. Qual o seu perfil histórico-literário? Fouqemos três facetas, a envolver a sua passagem no meio português e coimbrão: o homem, o humanista, o estrangeiro em Portugal e em Coimbra.

O HOMEM

A vida de Buchanan reveste-se do dramatismo de todas as personalidades de escol que, em seus princípios, lutaram contra a adversidade nos caminhos da fortuna. A fonte mais segura dos primeiros anos do humanista escocês é a *Vita ab ipso scripta biennio ante mortem* (2), pequena auto-biografia, que narra as fases principais da sua existência, desde a infância até à volta do autor à Escócia, em 1561, e emprego na corte de Jaime VI, em 1565. Nasceu, por Fevereiro de 1506, em

(1) Para o comprovar, basta ler as duas orações de Sapiência de Belchior Beleago e André de Resende, em Luís de Matos, *Quatro Orações Latinas Proferidas na Universidade e Colégio das Artes (Século XVI)*, págs. 25-49; págs. 51-66, Coimbra, 1937; a *Oratio pro rostris* do mesmo André de Resende, pronunciada a 1 de Outubro de 1539 na Universidade de Lisboa (ed. do Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, anexo à Faculdade de Letras de Lisboa), Lisboa, 1956; e o *Conimbricæ Encomium*, de Inácio de Moraes (rev. e prefácio de Mário Brandão), Coimbra, 1938. A oração de Beleago foi, também, publicada com tradução e notas por D. Maria Helena da Rocha Pereira, na Coleção «Amphitheatrum», série suplementar de «Studium», II, do Centro de Estudos Humanísticos (anexo à Universidade do Porto), Porto, 1958. Ver, também, Pinto de Carvalho, *Uma oração latina de Mestre João Fernandes*, em «Biblos», XVII, Coimbra, 1941, págs. 213-240.

(2) Servimo-nos do texto, com que abrem os Georgii Buchanani *Poemata* quæ extant. Amstelædami (Apud Henricum Webstenium), 1687. Cfr. D. Macmillan, *George Buchanan, A biography*, págs. 1 e ss.. Edinburgh, 1906, e Aichibald C. Lawrie, *Some notes on Buchanan's Ancestry*, em *George Buchanan — A Memorial 1506-1906*, págs. 4-6 e ss. St. Andrews, s/d. Para bibliografia mais completa, ver C. Read, *Bibliography of British History Tudor Period (1485-1603)*, págs. 122, 124, 418-419, 436, 445, 449-450, 466. Oxford, 1959. Quanto à sua vida em Portugal, cfr. Mário Brandão, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, págs. 523 e ss. ; Guilherme J. C. Henriques, *George Buchanan in the Lisbon Inquisition*, Lisboa, 1906; Mário Brandão, *O processo da Inquisição de Lisboa de Mestre João da Costa*, I, Coimbra, 1944, págs. 1 e ss. ; *Processo Contra Mestre Diogo de Teiue*, em Francisco Leitão Ferreira, *Notícias Chronologicas da Universidade de Coimbra*, II/3, Coimbra, 1944, págs. 460 e ss. ; António Baião, *O processo desconhecido da Inquisição contra o lente do Colégio das Artes, Mestre Marcial de Gouveia*, em «Anais» da Academia Portuguesa da História, IX, Lisboa, 1945, págs. 9-45.

Mid-Lewoun, no Stirlingshire, da Escócia, produto do cruzamento de sangues celta e teutónico, criadores daquele *praefervidum ingenium scotorum*, que o distinguirá na sua maneira literária, no seu temperamento apaixonado e no seu extremismo religioso e político (1). Órfão de pai e reduzido à miséria, frequentou as escolas elementares de Killearn ou Dumbarton com manifesto proveito. Mercê de seu tio materno, Jaime Herriot, viu-se atirado, aos 14 anos, para o cosmopolitismo de Paris. A capital de França era para a Escócia, naqueles tempos, como aliás para quase todo o Ocidente, o grande foco de luz que crepitava dentro dos muros da Sorbona e à volta dos 50 colégios do Bairro Latino. A velha Universidade ondeava entre dois escarceus, qual deles mais alteroso: o do novo humanismo classicista e o das ideias religiosas reformistas, que rebentavam em borbotões violentos por todo o Norte da Europa, estimulados por uma corrupção moral que atingia, no sagrado e no profano, todos os sectores sociais. Em vez de frequentar a Faculdade das Artes, que começava pelos rudimentos da Lógica, o jovem escocês dedicou-se, antes, nos dois primeiros anos, a aperfeiçoar-se no latim, cultivando a poesia. Neste intervalo, morreu-lhe o tio e cai gravemente doente. Privado de recursos, teve de voltar à Escócia. A sua pátria encontrava-se, então, na menoridade de Jaime V, sob a regência do Duque de Albany, grande-almirante de França e primo de Jaime IV. Surgem as lutas com os ingleses. Buchanan alista-se no exército, o que lhe possibilitou historiar, depois, com vivacidade local e experiência dos factos, toda a campanha. Mas esta foi-lhe funesta à saúde. Em 1524, matriculou-se, com seu irmão Patrício, na Universidade de St. Andrews, seguindo o curso de John Major. O ensino deste, todavia, não o entusiasmou. Era mais rico em sofistica do que rigoroso em dialéctica (2). Em 1525, tomou o grau de bacharel. Como sua aspiração era o ensino, conseguiu uma bolsa no Colégio Escocês de Paris, para onde seguiu na companhia de seu

(1) D. Macmillan, *op. cit.*, págs. 2. Sobre os antepassados do humanista cfr. Archibald C. Lawrie, *Some notes on Buchanan's Ancestry*, em *George Buchanan — A Memorial*, págs. 1-6. Ver, também, de Robert Munro, *Early surroundings and associations*, *ibid.*, págs. 7-18.

(2) G. Buchanan, *Vita em Poemata* *, págs. 2v. Cfr. Macmillan, *op. cit.*, págs. 34: «It was the art of sophistry rather than dialectics». Sobre Buchanan estudante, veja-se William Bayne, *Buchanan's student-days*, em *George Buchanan — A Memorial*, págs. 19-24.

mestre, sem lhe ser agradecido, porque o crivaria de sarcasmos (1). A fogueira luterana chamusca-o, como ele confessa: *Inflamam lutheranae sectae jam late se spargentem, incidit* (2). A vida, entretanto, não se lhe adoçou com isso. Foram dois anos de luta atroz contra a pobreza, vendo-se obrigado a servir, como criado, o teólogo Mandestry em S. Bárbara (3).

Em 1528, obteve o grau de mestre em Artes. Pôde, assim, ser colocado como regente de gramática no mesmo Colégio, perseverando ali três anos (4). Era Principal, Diogo de Gouveia, que elevava a instituição ao seu máximo esplendor, mantendo uma média de 50 presenças de alunos por ano. Com alguns deles, a contar desse momento (1529), contraiu Buchanan a mais estreita amizade, singularizando-se o sobrinho do Principal, André de Gouveia, João da Costa, Diogo de Teive, ao mesmo tempo que o regente se cruzava, ali, no seu caminho, com o futuro fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loiola e, fora de Santa Bárbara, com João Calvino (5). A vida docente, no Colégio, não era uma sinecura. Como observa Macmillan: «...though thus working, under the most liberal minded of Principals, and surrounded by colleagues who held the most advanced views in theology, science and art, Buchanan's life was sufficiently difficult and trying» (6). Ele descreve-a, num dos seus poemas, em traços incisivos, a que deu o título: *Quam misera sit conditio docentium litteras humaniores Lutetiae*.

*Ite leves nugae sterilesque valete Camoenae
G r ataque Phoebaeo Castalis unda choro.
Ite, sat est: primos vobiscum absumpsimus annos
Optima pars vitæ deperiitque meae.*

- (1) G. Buchanan, *Poemata*, págs. 363.
 (2) *Ibid.*, págs. 2v: *Vita*.
 (3) Mário Brandão, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, pág. 133, nota 4.
 (4) G. Buchanan, *Vita*, *ibid.*.
 (5) A 1 de Outubro de 1529, S. Inácio passou a morar em Santa Bárbara. Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, I Porto, 1931, págs. 28 e ss.. Foi, a 1 de Novembro de 1533, que Nicolau Copp pronunciou o célebre manifesto de rotura com o catolicismo, em que João Calvino colaborara. Marcel Bataillon, *Etudes sur le Portugal au temps de l'humanisme*, págs. 124. Para Quicherat, Calvino estudou em Santa Bárbara e, saindo de Paris, voltou ali em 1533. J. Quicherat, *Histoire de Sainte-Barbe*, págs. 208 e ss..
 (6) D. Macmillan, *op. cit.*, págs. 44-45.

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 271

«Adeus leves gracejos, adeus musas estéreis, adeus águas de Castália, tão gratas ao coro de Apoio. Ide, já basta: gastei convosco a juventude; morreu a melhor parte da minha vida». E segue: «Mal repouisas, um pouco, deitado na cama, a cabeça fatigada e passas os olhos cansados pelo sono, eis o despertador a gritar que já são quatro da manhã e, com um barulho dos diabos, sacode os olhos mal fechados. Depois é o badalar do sino a abanar o sono estremunhado e a lembrar que são horas de erguer os membros da cama macia.

O cavador liberto da grilheta pode, à noite, gozar de um sono leve; o marinheiro, no mar alto, descansa como o fatigado lavrador. Até repouçam, pela noite fora, os ventos, nas águas do Jónio. Para ti, em contra-partida, a noite há-de trazer-te a negra bebida da fuligem da candeia, se te vier à mente alistar-te nos arraiais de Calíope. E, como se houvesse de dobrar a cerviz sob uma carga de oiro da Libia ou colher as maçãs de Hércules, tens de aguentar, até de manhã, a ler e reler, para sacudir dos textos o pútrido pó, em que estão sepultados» (1).

Duro trilho, de certo, o destes jovens humanistas, até atingirem as avenidas largas e bem pagas do renome universitário. O preceptorado do jovem Gilberto, Conde de Cassillis, cuja educação lhe fora confiada pelo tio, William Kennedy, abade de Crossraguel (2), melhorou a sua situação. Foi, regateando o tempo ao descanso, que ele pôde, em 1533, publicar uma tradução latina da gramática de Tomás Linacre. E, para abrir caminho ao seu método, cobriu de epigramas acerados os partidários de velharias, tanto em pedagogia como em religião, declarando-se, desta sorte, somado à corrente de Calvino, Lefevre d'Étaples, Briçonnet e Guilherme Budé, contra a facção ultra-conservadora de Noel Beda, síndico da Sorbona, e do próprio Diogo de Gouveia, austero mantenedor da tradição (3). A sua cultura greco-latina, começou a sobressair entre os compatriotas, merecendo-lhe a honra de ser nomeado procurador da nação alemã pela secção escocesa, nas eleições do Reitor da Sorbona, em 1530 (4). Em 1535, acompanhou Cassillis à Escócia (5).

(1) G. Buchanan, *Poemata*, págs. 298: *Quam misera sit conditio docentium literas humaniores Lutetiae*.

(2) *Vita*, *ibid.* Cfr. D. Macmillan, *op. cit.*, págs. 56. Sobre Buchanan e esta abadia, cfr. Kirkwood Hewat, *Buchanan and Crossraguel Abbey*, em *George Buchanan — A Memorial*, págs. 86-90.

(3) D. Macmillan, *op. cit.*, págs. 47-49.

(4) *Ibid.*, págs. 50.

(5) *Ibid.*, págs. 56; *Vita*, *ibid.*

É, então, que Buchanan se envencilha nas lutas partidárias, civis e religiosas, o que lhe dá margem a escrever alguns poemas de carácter satírico, o mais célebre dos quais é o *Franciscanus*, como ele refere na dedicatória ao Conde de Moray, Carlos Utenhove (1).

A cruel diatribe contra os Minoritas, que o autor veio a classificar de *eligidion per otium ab eo fusum* (2), concorreu enormemente, para acirrar o carácter anti-monástico do movimento reformista na Escocia.

Qual seria a determinante desta sátira, decalcada sobre o poema de William Dunbar? Não se sabe (3). Parece que a consciência do humanista já, por essa altura, se debatia com o problema da sua fidelidade à Igreja ou da sua passagem aberta para o campo protestante. A conjuntura era perigosa para o seu classicismo subserviente. Jaime V, nas lutas políticas que assolaram o país, supunha os Franciscanos mancomunados com os seus inimigos. O dramaturgo David Lyndsay foi mobilizado para atacar os filhos de S. Francisco, em 1539, e Buchanan, a quem fora confiado o preceptorado do bastardo real, Lord James Stuart, recebeu idêntico encargo. Ele via, porém, o perigo. A reacção católica era, ainda, grande. Posto entre dois fogos — as iras monásticas e as iras reais — o humanista, sem vocação de herói da verdade e da justiça, escreveu o *Somnium* e, cheias de irreverências, pouco depois, as *Palinodiae*, no mesmo espírito satírico, mas de expressão ambígua (4).

O rei queria coisa mais afiada e mordaz: «acre et aculeatum», diz a *Vita*; «keen and biting», traduz em inglês Macmillan (5). O resultado foi a longa e contundente salva de sarcasmos mercenários do *Franciscanus*, já referido (6).

Jaime V rejubilou com o primeiro esboço do texto definitivo, que só em 1560 veio a público, refinado nas suas arestas incisivas (7). Mal previa, o Mecenas, que havia de colher, um dia, o fruto amargo da sua encomenda sacrílega, quando a cabeça de sua desventurada filha rodasse no chão, com a cumplicidade activa do planfletário de agora e futuro perito da suposta autenticidade das *Casket letters*. A reacção

(1) *Ibid.* págs. 259.

(2) G. Buchanan, *Vita* * 2.

(3) O poema de Dunbar tem por título: HawD unbarwas desyred to be ane Frier.

(4) *Vita*, * 2v. *Poemata*, págs. 293-298. Cfr. Macmillan, *ibid.*, págs. 65.

(5) *Vita*, * 3; D. Macmillan, *ibid.*, págs. 56-57.

(6) *Vita*, *ibid.* *Poemata*, págs. 260-281.

(7) Macmillan, *op. cit.*, págs. 67-68.

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 273

contra estes panfletos obriga-o a voltar a França (1), contando encontrar apoio, de novo, em Santa Bárbara. Mas André de Gouveia, inimistado com o tio, abandonara o Colégio e partira para Bordéus. Temendo as perseguições do embaixador da Escócia, Buchanan foge de Paris e procura trabalho na Gasconha, onde se encontrou com Mestre André, João da Costa e Diogo de Teive (2). O Principal do Colégio de Guiena confiou-lhe a primeira classe de gramática e, depois, a cadeira de grego ou de artes, que o provido ocupou, até Julho de 1544 (3). É das épocas mais brilhantes da sua vida escolar. Aqui, lhe tocou saudar Carlos V, na sua visita a Bordéus, de passagem para Flandres, logo a 1 de Dezembro de 1539, nos altissonantes hexâmetros que começam:

Vasconidis regnator aquae, generose Garumne (4).

Aqui, compôs, também, ou traduziu as suas tragédias (5). Aqui, tomou parte activa nas festas escolares e da cidade, para as quais concorreu com alguns dos seus melhores poemas (6). Mas as suas ideias religiosas obrigaram-no a retirar-se para Paris, a pretexto talvez de editar algumas obras, em 1544(7). Voltaria, ainda, a Bordéus, em 1545. Não se demorou, todavia; e, em 1547, recebeu o convite para vir para Coimbra. Suspendamos, por momentos, a biografia e analisemos a obra do humanista, para a projectar, depois, no meio português e coimbrão.

O HUMANISTA

O humanismo no século xvi, é um estilo de vida e o seu espelho mais fiel, nos que o cultivam, a produção literária destes. A obra de Buchanan não é vultuosa como a de outros mestres de Quinhen-

(1) Guilherme J. C. Henriques, *op. cit.*, págs. 23.

(2) *Vita*, *ibid.*; Mário Brandão, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, págs. 332-333.

(3) *Ibid.*, págs. 334-336 e nota 1.

(4) *Poemata*, págs. 318-319.

(5) «... quo tempore scripsit quatuor tragedias quae postea per occasiones fuerunt evulgatae». *Vita* * 3.

(6) Cfr. «*Majae Calendae*», em *Poemata*, págs. 301; «*In pirum pro foribus scholarum Calendis Maji erectam*», *ibid.*, 353; «*Ad juventutem Burdegalemensem*», *ibid.*, 399, etc..

(7) Foi, em 1544, que Buchanan editou, em Paris, por Michel Vascosan, a *Medea*. Cfr. J. Maitland Anderson, *The Writings of George Buchanan*, em *George Buchanan — A Memorial*, págs. 169.

tos : Erasmo, Scalígero, Vives, Vico e tantos mais. Todavia, em seus dois volumes da *Opera Omnia*, da edição de Tomás Ruddiman(1), reveste-se de relativa importância, como genuinamente característica dos classicizantes greco-latinos dessa centúria. A melhor parte — poderia dizer-se, quase, exclusivamente — é em latim, pois da sua pena só saíram, em vernáculo, a *Ane Admonitioun direct to the trew Lordis Mintenars of Justice and Obedience to the Kingis Grace*, panfleto violento contra o assassinato de Henrique Darnley e a suposta tentativa de Maria Stuart para envenenar seu filho Jaime VI, bem como contra a cumplicidade da infeliz rainha, com o Conde de Bothwell, no crime; o projecto da reforma da Universidade de St. Andrews com o título *Opinion anent the Reformation of the Universitie of St. Andros*; a sátira em inglês *Chamaeleon* contra a versatilidade política do Conde William Maitland, de Lathington, e algumas cartas (2). A obra latina em prosa é constituída pela *Rerum Scoticarum Historia*, crónica em que se descreve o país, a origem da raça escocês e os feitos ilustres dos seus reis. Escrita com o propósito francamente objectivo de libertar a historia da Escocia «das mentiras inglesas e das vaidades escocesas», não escapa, todavia, a certo *patrioteirismo* subjacente, através da narrativa apaixonante, sobretudo no que respeita aos factos contemporâneos, desde o reinado de Jaime IV até à morte do regente Lennox. O espírito faccioso do autor, no relato dos acontecimentos referentes aos trágicos dias de Maria Stuart, é manifesto, particularmente quando trata do assassinato de Henrique Darnley e subsequente casamento da desamparada soberana com o Conde de Bothwell. Aliás, este espírito preconcebido da obra é confessado pelo autor, ao dedicá-la a Jaime VI. Ele não queria que o seu real pupilo seguisse pelos caminhos da mãe, contrapondo-se aos imperativos da vontade popular (3).

O *De Jure Regni apud Scotos*, em forma de diálogo, dedicado ao mesmo jovem rei, quer ser a justificação teórica da soberania popular

(1) Edinburgh, 1715. Cfr. J. Maitland, *ibid.*, págs. 167.

(2) *Ibid.*, págs. 177 e ss.. O único exemplar de carta em francês é o da escrita, em 12 de Janeiro de 1573, ao governador de Dieppe Mr. de Sigongues. Cfr. *George Buchanan — A Memorial*, págs. 422.

(3) Ver J. A. Balfour, *Buchanan as a historian*, em *George Buchanan — A Memorial*, págs. 105-114 e D. Macmillan, *op. cit.*, págs. 236-254: The historian. Um e outro, porém, estão sujeitos a discussão. Macmillan chega à enormidade de dizer que o humanista foi preso pelos jesuítas!! *Op. cit.*, págs. 288: «Imprisoned by jesuits».

quanto aos direitos da coroa escocesa. Segundo o próprio Buchanan refere, no prefácio, fora composto nos dias turbulentos do assassinato do pai do monarca, mas retocado, depois, em ordem a proporcionar ao herdeiro preceitos adequados à tenra idade, em que sucedera no trono, e patentear-lhe o zelo que o autor alimentara pelo seu serviço. Ao mesmo tempo, aproveitava a oportunidade de o advertir acerca dos deveres reais perante a comunidade nacional. A fonte do poder político é a comunidade. O rei é responsável perante a lei e o povo pode pedir-lhe contas, não simplesmente afogando os seus desmandos em água de rosas mas, se preciso, em torrentes de fogo e sangue. Este extremismo arvora-se em justificação da revolta da nobreza protestante contra Maria Stuart; podia demonstrar, porém, a legitimidade de idêntica atitude contra o filho da infeliz soberana. Não admira, por isso, que o desvario democrático fosse condenado pelo Parlamento, em 1584, e depois, em 1664, sendo a obra, que o defendia, finalmente, queimada pela Universidade de Oxford, em 1683. Nem só em Portugal ou na Espanha havia fogueiras (1).

Em prosa latina, são, também, escritas duas obras de carácter pedagógico, que acarretaram prestígio ao humanista, durante a docência de Paris. A primeira, *Rudimenta Grammatices*, publicada nesta cidade, em 1533, é uma tradução da gramática latina, escrita em inglês, por Tomás Linacre, para uso da princesa Maria. Buchanan queria substituir com ela os antiquados textos do pouco prático *Doctrinale Puerorum* de Alexandre de Villa-Dei, do século xiii, e a tediosa *Grammatica* de Despautério. A fortuna deste livro didáctico, só em França, comprova-se com as sete edições que contou, em Paris e Lião, até 1550, e mais três, nos treze anos seguintes (2).

O *De Prosodia Libellus* é um pequeno tratado de quantidade latina que o humanista redigiu, mais tarde, para o incorporar no novo manual de estudos latinos, em uso nas escolas da Escócia, e repetidamente editado como apêndice à gramática de Despautério, conhe-

(1) Sobre a filosofia política de Buchanan, cfr. James Mackinnon, *Buchanan as a political philosopher*, em *George Buchanan — A Memorial*, págs. 96-104 e D. Macmillan, *op. cit.*, págs. 221-235: The politician. A acrescentar ao *De Jure Regni apud Scotos*, convém ter em conta *Rex Stoicus ex Seneca* que, geralmente, lhe anda apenso. J. Maitland Anderson, *ibid.* págs. 177.

(2) D. Macmillan, *op. cit.*, págs. 47 e ss.. Cfr. J. Maitland Anderson, *The Writings of Buchanan*, loc. cit., págs. 168 e ss.. e 180 e ss..

cendo-se edições escocesas de 1595 até 1708 (1). Em último lugar das obras em prosa, podemos colocar a auto-defesa, apresentada à Inquisição, que não tem pretensões literárias, mas ajuda à reconstituição da biografia e psicologia do humanista (2), e a *Vita ab ipso scripta* que, já o dissemos, nos dá um resumo autógrafo ou, pelo menos, ditado por Buchanan (3), do itinerário seguido por ele, quase até ao fim dos seus dias. Embora, quem escreve este roteiro, fale em terceira pessoa, uma vez lhe escapa esta anotação em primeira, a propósito das denúncias feitas a Brás de Al vide em Paris, e em que depuseram, o normando João Tolpin e o italiano piemontês João Ferreri — *ut post aliquot annos comperi* (4).

Foi, porém, pela obra poética que o humanista escocês se imortalizou entre os maiores do século xvi, elevando a sua pátria ao derradeiro milário da cultura latina do Ocidente, em seu tempo, como ponderou José Scalígero, no final da conhecida elegia que consagrou a Buchanan, como epitáfio:

*Imperii fuerat Romani Scotia limes;
Romani eloquii Scotia finis erit* (5).

Quanto aos géneros literários, o humanista deixou-nos um poema epo-didáctico, o *De Sphaera* (6), em cuja elaboração pôs grande interesse (7). É, certamente, valioso pela pureza clássica da expressão e elegância métrica; mas não passa de uma versificação parafrástica do tratado *De Sphaera Mundi*, do inglês John de Hollywood e, por isso, vulgarmente conhecido como João de Sacrobosco, redigido no século xn sobre os clássicos textos de Ptolomeu, Alfragano e Albaténio, e editado em Ferrara, em 1472. Mal se compreende o interesse de Buchanan

(1) *Ibid.*, págs. 108-181.

(2) Cfr. Guilherme J. C. Henriques, *op. cit.*, págs. 24-30.

(3) Cfr. J. Maitland Anderson, *loc. cit.*, págs. 182-183. O texto oferece vários problemas a resolver, que o autor discute, acertadamente. Alguns erros, todavia, são mais facilmente explicáveis por lapsos de memória, de quem escrevia à volta dos 74 anos: *In praesentia, septuagesimum quartum annum agens*.

(4) *Vita* * 4. Sobre a *Detectio Mar ice Regince Scotorum*, panfleto contra Maria Stuart, traduzido depois em inglês, ver *infra*.

(5) *Poemata* * 5v.

(6) *Ibid.*, págs. 411-479.

(7) Cfr. J. W. Munro, *Humanism and science: Buchanan's «De Sphaera»*, em *George Buchanan — A Memorial*, págs. 150-165.

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 277

por esse texto retrógado, em pleno século de Copérnico. Começado a escrever, em 1555, quando o poeta era preceptor do jovem Timoleão de Cossé, filho do Conde de Brissac, foi para instrução astronómica do educando que o poema surgiu. Assim o indica o autor, logo de principio :

*Tu mihi, Timoleon, magni spes maxima patris,
Nec patriae minor, Aonii novus incola montis,
Adde gradum comes, & sacros accedere fontes
Nympharumque choros, populoque ignota profano
Otia, nec damno nec avaræ obnoxia curae (1).*

Começado, íamos dizendo, em 1555 — um ano antes que Pedro Nunes publicasse, em Paris, a *Sphaera* com o seu comentário latino à obra do Sacrobosco — nunca foi levado a termo, ficando nos seus cinco livros, dos quais só os três primeiros estão concluídos. O quarto encalha no verso 119 e o quinto no verso 463, sendo ambos acrescentados pelo médico João Pincier, na edição de 1587 (2), mas vindo já a lume, na sua forma genuína, em Genebra, dois anos depois da morte do autor, em 1584.

Porque não completou e publicou Buchanan, em vida, o poema? Não lhe faltaram sugestões nesse sentido, o que supõe a divulgação em manuscrito. Mas o poeta, em carta a Ticho-Brahe, por 1576, desculpava-se com a doença, fazendo o mesmo, em 1579, sem que tal motivo o impedisse de escrever o *De Jure Regni apud Scotos* nem a *Rerum Scoticarum Historia*. Provavelmente, o seu lúcido espírito precatara-se de que o sistema ptolemaico entrava no ocaso (3). Camões aproveitou para a astronomia dos *Lusíadas*, nos cantos V e X principalmente, como já o revelou eruditamente Luciano Pereira da Silva, o *Tratado da Esphera*, de Pedro Nunes (4). Terá tido, o épico, conhecimento, em Lisboa, antes de embarcar para a Índia, em 1553, da obra manuscrita de Buchanan? Um confronto dos dois poemas poderia ser fecundo em sugestões, ao menos sobre o aproveitamento comum da obra de John Hollywood ou, até, de Pedro Nunes que, evidentemente, não é oportuno fazer neste momento.

(1) *Poemata* págs. 412.

(2) J. Maitland Anderson, *loc. cit.*, pág. 176.

(3) *Ibid.*, págs. 156-158.

(4) Luciano Pereira da Silva, *A Astronomia dos Lusíadas*, págs. X•XI e III (Coimbra, 1915), págs. 26-28; V. págs. 39-41.

No género dramático, Buchanan traduziu em versos latinos, mais para se aperfeiçoar no grego do que para as fazer representar, as duas tragédias de Eurípedes *Medea* e *Alcestis* (1), e compôs, em Bordéus, outras duas originais, de carácter religioso, bem mais significativas: *Jephtes* e *Baptistes* (2). Destinadas, também, a ser levadas à cena, nas festas escolares dos alunos do Colégio de Guiena, de cuja encenação Montaigne guarda, em seus *Essais*, tão carinhosa reminiscência (3), seus protagonistas são tirados do Antigo e do Novo Testamento, e os temas nucleares de ambas tratados no sulco da influência moral de Séneca, embora a primeira se ressinta de inspiração euripédiana (4). Jefté é o conhecido chefe israelita. Tendo feito voto a Deus, se alcançasse vitória sobre seus inimigos, de imolar a primeira coisa viva que se lhe deparasse ao entrar triunfante em casa, obtido o triunfo, defronta, ao transpor o limiar, com sua filha ífis. E não recua perante o sacrifício cruento da inocente vítima que, entre elegíacos lamentos, chora e aceita o seu próximo e cruel destino (5). É transparente, a intenção do autor: condenar os votos religiosos inconsiderados, o que seria perfeitamente legítimo e louvável, se as ideias reformistas, em certos botes, atirados às instituições contemporâneas, não desfigurassem tão salutar objectivo (6).

O Evangelho de S. Marcos, onde a figura hirsuta do austero precursor de Cristo aparece a condenar a luxúria de Herodes e a convivência palaciana dos sacerdotes da Sinagoga (7), dá-lhe, não só tema,

(1) O testemunho do próprio Buchanan, na sua Epístola XXVII, de 9 de Novembro de 1579, é claro. Cfr. H. de la Ville de Mirmont, *op. cit.*, infra, n. 4, págs. 115.

(2) *Poemata*, págs. 187-223: *Jephtes*; págs. 223-256: *Baptistes*; 480-515: *Medea*; 516-546: *Alcestis*.

(3) *Essais*, I, XXV, págs. 87 : «i'ay soustenu les premiers personnages ez tragedies latines de Buchanan, de Guérente, e de Muret, qui se representerent en nostre college de Guienne avecques dignité...».

(4) H. de la Ville de Mirmont, *Les tragédies religieuses de Buchanan, em George Buchanan — A Memorial*, págs. 115-129; D. Macmillan, *op. cit.*, págs. 73-87: *The dramatist*.

(5) *Judicium* XI, 30-40.

(6) A discussão entre Jefté e o sacerdote, de cunho puritano reformista bem característico (*Jephtes* V. 910-911 e 1053-1055), é uma dura condenação da exegese jurídica dos casuistas do tempo.

(7) *Marc.* VI, 17-28. Cfr. Raymond Lebesgue, *George Buchanan, sa vie, son oeuvre, son influence en France et en Portugal*, em «Boletim do Instituto Francês em Portugal», II, Coimbra, 1936, págs. 190-210.

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 279

mas pretexto para, entre flores de mitologia e alusões geográficas, tecer o panegírico dos rudes pregadores reformistas do tipo de Patrick Hamilton, conhecido por Buchanan em Saint-Andrews, em 1524, e condenado à fogueira pelo Conselho dos Bispos Escoceses, presididos pelo Cardeal Beaton, em 1527. É a exaltação do desassombro caiuniado na defesa da verdade e a condenação do espírito acomodaticio das grandes figuras eclesiásticas, personificadas nos fariseus Maleo e Gamaliel, em termos muito mais severos que no *Jephtes* (1).

Há, nesta peça, uma alusão geográfica pouco condizente, aliás, com o horizonte, em que decorre a acção da tragédia. É tirada da segunda intervenção do Coro, quando o Mensageiro vem comunicar a Israel a vitória da Jefté e o milagre do Sol. O Coro prorrompe, em deliciosos jambos:

*O aurei dux luminis
Sol, qui recursu praepere
Vices diurnas temperas,
Et igne flammifer vago
Partiris orbi tempora,*

*Hostis superbi dextera
Jephthaea fregit, spiritus
Ammonis acres contudit,
Et praedo praeda factus est (2).*

E, exortando a complicada máquina do planeta terrestre ao agradecimento a Deus, concretiza:

*Hunc unum Dominum & Deum
Terraed daedala machina,
Sub quocunque jacet die,
Agnoscat, colat, atque amet.
Et quam sol oriens novis
Subjectam radiis ferit,
Et quam sub medio die
Incedit propioribus
Flammis: quique bibit Tagum,
Fulvo gurgite nobilem,
Et qui perpetua nive
Damnatas habitant plagas (3).*

(1) H. de la Ville Mirmont, *ibid.*, págs. 122-123.

(2) *Jephtes*, V. 1-5; 10-14, em *Poemata*, págs. 197-198.

(3) *Ibid.*, V. 48-59, em *Poemata*, págs. 198-199.

Segundo o Professor H. de La Ville Mirmont (1), não seria inadmissível, ter sido isto acrescentado, quando da representação da tragédia, no Colégio das Artes, em Coimbra. Crawford supôs essa representação à volta de 1542, o que não pode aceitar-se, como já notou Raymond Lebesgue, pois Buchanan estava certamente, então, em Bordéus. Para o crítico francês, a passagem não justifica, por si, acrescento propositado para nova representação em Coimbra, pois o inciso mal difere de simples referência anódina, tirada dos poetas latinos, para significar as extremidades do mundo conhecido (2). De facto, Tito Lívio, Pompónio Mela e Plínio, Ovídio e Lucano, Sílio Itálico, Marcial e Estrabão referem-se ao grande rio da Lusitânia (3). Não há dúvida, porém, que o texto completo, em que se associam o Ocidente e o Oriente, o Norte e o Meio-dia, parecem envolver uma alusão às descobertas orientais, cujo ponto de partida mais famoso, na última centúria, se tornara o Tejo e que o poeta exaltará no *De Sphaera*, como veremos. A reposição da peça, em cena, aliás, nada teria de insólita. Os estudantes do Real Colégio das Artes, logo de início, começaram a representar tragédias nos grandes actos escolares, pois de Diogo de Teive se sabe que, em 1548, compôs duas peças : uma, sobre David e Golias, acompanhada de coros musicados e levada ao palco no bacharelato de D. António, em Março de 1550; outra, sobre Judite, a heroína de Betúlia. Deve-se-lhe, ainda, uma terceira, bastante posterior, sobre a morte do Príncipe D. João, filho de D. João III e falecido, a 2 de Janeiro de 1554(4).

Sobreleva, porém, em valor expressivo e originalidade temática, a obra lírica de Jorge Buchanan, pela elegância de composição, facilidade e variedade de metros, virulência satírica, não isenta todavia de ênfase ou erotismo cínico. O poeta foi por ela saudado como um dos mais representativos humanistas do seu tempo (5). E a fama é fundada, embora o facciosismo reformista e anticlerical da época a exagerasse,

(1) H. de la Ville Mirmont, *ibid.*, págs. 124, nota 7.

(2) Raymond Lebesgue, *ibid.*, págs. 206, nota 1.

(3) Cfr. referências em Charlton T. Lewis — Charles Short, *A Latin Dictionary*, sv. Tagus. Oxford, 1951.

(4) Mário Brandão, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, I, págs. 233-234 e 646 e ss. Sobre a terceira, cfr. Diogo de Teive, *Opuscula*, págs. 195-256. Parisiis, 1762.

(5) Cfr. José Scaliger, Júlio César Scaliger, Teodoro Beza, André Melvin, Adriano Turnèbe, Carlos Utenhove, Jorge Fabricio, Henrique Stephen, Paulo Melisso e outros, em *Poemata* * 5v e ss..



JORGE BUCHANAN

*(Reprodução de uma gravura pertencente
ao Sr. Prof. Doutor A. Costa Ramalhó)*

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 281

então, como a exagera, ainda hoje. Os humanistas eram generosos nos epítetos para com os confrades, tal qual certos grupos literários do nosso conhecimento, bem providos de pedras e flores nas duas abas dos seus alforques críticos: flores para os amigos; pedras para os adversários. Na sua reclusão de S. Bento em Xabregas, Buchanan, que não encontrava nos cônegos azúis conversa fiada para discussões teológicas, receando eles, acaso, mais complicações que fruto, e processando assistência hospitalar e não ciências ou letras, matou o tempo fazendo uma versão parafrástica do Saltério bíblico — *Paraphrasis in librum Psalmorum*, — com versos de pura latinidade clássica e variadíssimos metros (1). É evidente que, com toda a elegância linguística e perfeição rítmica, o próprio texto da *Vulgata*, na sua concisão e simplicidade cristalina, supera, em força expressiva, a redundância retórica de Buchanan.

Sob o ponto de vista literário, entretanto, a tradução dos Salmos XXVII, CIV, CXXI e, sobretudo, CXXXVII (2), na versão do humanista escocês, constitui uma verdadeira obra prima. Veja-se esta simples amostra do Salmo «Super flumina», que já inspirou a Camões a famosa glosa «Sob los rios» (3) e é transposto em hexâmetros e pentâmetros pelo mestre escocês:

*Dum procul a patria moesti Babylonis in oris,
Fluminis ad liquidas forte sedemus aquas;
Illa animum subiit species miseranda Sionis
Et nunquam patrii tecta videnda soli,
Flevimus, et gemitus luctantia verba repressit:
Inque sinus liquidae decidit imber aquae.....(4)*

Essa tradução conheceu umas setenta edições ou reimpressões e foi a obra que mais celebrizou o autor em vida, tornando-se livro escolar, por onde sucessivas gerações da Escócia aprenderam latim, desde os fins

(1) Não é certo que levasse a efeito, neste período, a tradução de todos os Salmos. *A Vita* diz, apenas : *Hoc maxime tempore Psalmorum Davidicorum complure s vario carminum genere in numeros redegit. Ibid. 4v.* Ver Allen Menzies, *Buchanan's Psalms: an eighteenth century controversy*, em *George Buchanan — A Memorial* págs. 136-142.

(2) XXVI, CIII, CXX e CXXXVI da *Vulgata*. Buchanan segue a numeração do original.

(3) Luís de Camões, *Rimas* (ed. de Alvaro J. da Costa Pimpão), Coimbra, 1953, págs. 120-130.

(4) *Poemata*, págs. 172-173. É o CXXXVI da *Vulgata*.

do século XVI até meados do século XIX (1). Psicologicamente, ela desvenda-nos a faceta religiosa do humanista, tocado pelo sopro da inspiração bíblica, a cujo sentido literal o seu estro confiadamente se entrega.

A par desta temática bíblica, encontram-se, na obra lírica de Buchanan, duas peças de genuíno sabor místico, quase litúrgico. É o *Hymnus matutinus ad Christum*:

Proles parentis optimi (2)

e, mais ainda, o *Hymnus in Christi Ascensionem*:

*Io triumphe, Ecclesiae
Jam Victor hostium tuus
Dux templa scandit aetheris
Adversa patri vulnera.
It et coronam ostendere
Qualis redit de praelio
Tabo decoro sordidus (3).*

Em momentos de serenidade espiritual e exaltação épica, Buchanan canta a beleza moral da castidade cristã, na ode sáfica *In Castitatem* (4) ; celebra os actos heróicos de Henrique II de França, na recuperação de Calais; de seu filho Francisco II, no descerco de Metz; do Marechal de França, Conde de Brissac, na tomada de Vercelli em Itália (5). Tocado pela desgraça própria ou alheia, deplora, em puro acento elegíaco, a morte prematura de seu irmão Patrício, que o acompanhara a Portugal; de Marco António Monluc, do Pro-Chanceler de Inglaterra Nicolau Bacon, do seu amigo e mecenas, Conde Carlos de Brissac, ou do Vice-Rei da Escócia, Jaime Stuart, e tantos outros (6).

Na manhã promissora do casamento de Maria Stuart com Henrique Darnley, pelo qual se esperava a pacificação da Escócia, desfaz-se

(1) J. Maitland Anderson, *op. cit.*, págs. 171.

(2) *Poemata*, págs. 185-186.

(3) *Ibid.*, págs. 410-411.

(4) *Ibid.*, págs. 393.

(5) *Ibid.*, págs. 391, 397, 405.

(6) *Ibid.*, págs. 370, 399, 401, 370, 371.

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 283

em prognósticos de felicidade aos noivos (1); sauda com entusiasmo o nascimento do primogénito Jaime VI (2); convoca para o banquete do baptismo deste, com folia excêntrica, sátiros, nereides, náíades, faunos e órcades (3).

Sabe estender, elegantemente, a mão aos poderosos, para que sejam largos e inexaustos no dar, como ele é, à laia de bom humanista, incansável e, mesmo, importuno no pedir. Toda esta fome de poeta oficial da corte ou representante de instituições como o Colégio de Guiena, perpassa nos seus epigramas ou nos seus encómios de grillheta das letras. No reverso da medalha, estão as suas sátiras acerbas, mercenárias, do *Somnium*, das *Palinodiae*, do *Franciscanus* e da colectânea *Fratres Fraterrimi* (4). As suas injúrias aos eremitas de Santo Antão de Bordéus, que viviam da criação e venda de porcos, e para os quais ele pede ao santo que os mantenha com bolota, porque não merecem mais (5); as suas alfinetadas aos Papas Júlio II, Clemente VII, Paulo IV, Júlio III, Pio IV ou talvez, mesmo, S. Pio V, oferecem modelos acabados da sua veia anticlerical, a que dá curso, valendo-se do canal fácil do célebre *Pasquino* romano (6). Este exemplo, apenas :

*Praesule de Paulo, praesule doctissime vatum,
Pasquille, dic quid sentias?
Nec melius Paulo quidquam est, antistite Paulo,
Et pejus est Paulo, nihil* (7).

Contra a cidade de Roma, jogando com os derivados etimológicos do vocábulo da legendária *lupa*, acaba por concluir, num *riktus* mefistofélico, digno de Calvino em Genebra: Na capital do mundo cristão, nada mais se encontra que...

Lupercos

Lupercale, lupos, lupas, lupanar (8).

- (1) *Ibid.*, págs. 378 e ss..
- (2) *Ibid.* págs. 332-334.
- (3) *Ibid.*, págs. 387-388.
- (4) *Ibid.*, págs. 293-294; 294-298; 260-281; 281-284 e 385-290.
- (5) *Ibid.*, págs. 289.
- (6) *Ibid.*, págs. 284-287 e 404.
- (7) *Ibid.*, págs. 284.
- (8) *Ibid.*, págs. 286-287.

Contra os Cardeais, junto de quem *Pasquino* diz velhacamente poder ser tudo menos rapaz, a não ser que se mantenha no devido vigor — passe o eufemismo—joga esta pedrada:

*Denique transiero cuncta in miracula rerum,
Sed puero Romae non licet esse mihi.
Hoc quoque ero per purpureos aliquando cinaedos,
Si liceat laxas non habuisse nates (1).*

Também não poupa o Cardeal Beaton e alguns Bispos: *In quendam praesulem, In antistitem quendam* (2). Atira-se, sobretudo, ao Arcebispo de St. Andrews, João Hamilton, benemérito co-fundador do St. Mary's College daquela Universidade, mas adversário político da facção do humanista (3). A atitude, entretanto, muda, quando ele espera consideração e favores dos altos dignatários eclesiásticos, como aconteceu com o Cardeal Arcebispo de Paris, João du Bellay, senhor da Sorbona (1538), poeta, amigo de Henrique VIII, Francisco I, Montmorency e Rabelais, astuto e enérgico estadista anti-imperial ao serviço de Henrique II (4). Sabe ser íntimo, por igual, de Carlos de Marillac, Bispo de Viena no Delfinado, que o ajudou em momentos difíceis (5); e, até, é capaz de adular um concílio, classificando os Bispos reunidos de *homines corpore, mente Deos*(6). Exalta a hospitalidade do Arcebispo de Glasgow, Gavindo Dunbar, e a opulência, não só material mas espiritual da sua mesa (7). Torna-se, porém, como vimos, numa virulência sem limites para com os Minoritas escoceses, primeiro no *Somnium* em vernáculo, traduzido mais tarde pelo próprio autor para latim; depois, em forma equívoca, nas duas *Palinodiae*; e, mais abertamente, ao serviço venal de Jaime V, no *Franciscanus*, pelo qual procurou submergir, em pântano de ridículo, o hábito, o intuito, os ministérios e a acção social dos filhos de S. Francisco (8). O poeta desculpou-se, perante a Inquisição de Lisboa. Só queria, disse, atingir alguns,

(1) *Ibid.*, págs. 287.

(2) *Ibid.*, págs. 289 e 292-293.

(3) *Ibid.*, págs. 371: «*Prostibulum plebis miserae, lupa publica mater / Fecit ut incerto de genitore fores*». Ver, também, págs. 372.

(4) *Ibid.*, págs. 352.

(5) *Ibid.*

(6) *Ibid.*, págs. 355.

(7) *Ibid.*, págs. 360-361.

(8) Cfr. *supra*.

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 285

menos dignos e metidos na política. Efectivamente, algum deles, em concreto, é objecto dos seus dardos satíricos, como esse ridículo *Pantalabus*, muito cioso do hábito, mas atascado em vícios ignóbeis (1). O Juvenal escocês, porém, não poupa os Dominicanos, na pessoa de Fr. Pedro Gonelle, que nos é apresentado como um bom copo, a dizer adeus à Sorbona, onde nada se aprende, e a jactar-se de que não é menos sábio que Sócrates:

Socrate se jactat non minus esse sophon (2).

Caloiro da taberna, chega, nesta escola, onde perdeu tudo, a uma conclusão positiva, tão gloriosa como o melhor do Mestre de Platão: «Hoc veri invenit: Nil scio, nil habeo» (3).

O poema contra os Minoritas só foi impresso, mais tarde, em Paris, por 1566, como dissemos, e o poeta diz ter proporcionado um só exemplar manuscrito, de parte do poema, a Jaime V (4). A verdade é que a sátira se devia ter divulgado à socapa, aliás não se explicaria a reacção violenta dos atingidos, e que a leitura do poemeto, por de mais, justifica.

Na lírica buchananiana, o elemento feminino ocupa um lugar de relevo. Seria curioso traçar a galeria das figuras de mulher que inspiraram a musa do humanista. A mais contemplada é Maria Stuart na sua infância — *puella* — e, mais tarde, sua discípula, em comentários de Tito Lívio, depois de voltar, viúva, da França (5). A dedicatória, em que lhe ofereceu a tradução latina dos Salmos, é uma das mais belas páginas dirigidas a qualquer nobre figura de rainha (6). Ela não agradeceu só essa homenagem, subvencionando largamente o mestre ; fê-10 poeta da corte, aceitando os seus epitalâmios, nas segundas

(1) Cfr. a declaração, em latim, entregue a 23 de Agosto de 1550, no trabalho de Guilherme J. C. Henriques, *ibid.*, págs. 24 e segs..

(2) *Poemata*, págs. 288-289 e 290.

(3) *Ibid.*, págs. 290.

(4) Cfr. a declaração cit. *supra*.

(5) *Poemata*, págs. 375. Sobre os comentários de Tito Lívio, cfr. D. Macmillan, *op. cit.*, págs. 135.

(6) «*Nympha, Caledoniae quae nunc feliciter orae
Missa per innumeros scepra tueris avos:
Quae sortem antevenis meritís, virtutibus annos,
Sexum animis, morum nobilitate genus*»:

Poemata págs. 1.

bodas com Henrique Darnley, e um genétiaco no nascimento e baptismo de seu filho Jaime VI, para não especificar outros poemas (1). Mas, levado pelo ódio de *clan* (2), se não atizado pelo interesse, Buchanan fez dela vítima, na hora da desgraça. Com a mais negra ingratidão, quando a viu prisioneira de Isabel de Inglaterra e vilmente caluniada de conjugicídio e adultério, nas assembleias de York e Westminster, ele que, no tempo em que eram fraternais as relações desta com Isabel de Inglaterra, se fizera mesmo intérprete da firmeza da amizade de ambas nos presentes de diamantes enviados de Edimburgo a Londres (3), não só aceitou ser, agora, secretário do libelo de acusação contra a sua benfeitora, mas, servindo-se para tanto das célebres *Casket letters* falsificadas, que deu ignobilmente como autografas da infeliz Rainha, pelo relatório, parcialmente, ao menos, redigido por ele, concorria como ninguém para que a soberana, à conta delas, fosse condenada à morte (4). Tanto pôde o desvairo político!

Neste processo macabro, intervinha o mesmo poeta que presagiara, à filha de Jaime V, tão bem dotada pela natureza e retratada pela arte, haveria de superar uma e outra. Quando casada, segunda vez, ei-10 a estender a mão, oferecendo versos e esperando libras:

*Ut mihi magna tuae fortunae munera reddas
Accipe fortunae munera parva meae* (5).

Não sabemos, assim, se é com a mesma sinceridade que chora o trespasse prematuro de Madalena de Valois, primeira mulher de Jaime V (1537), e rainha da Escócia por breves meses (6). É a sério que adula Margarida de Bourbon, rainha de Navarra (7), ou exalta, como deusa, Isabel de Inglaterra e, em diálogo com Jano, a convida

(1) *Ibid.*, págs. 378, 384 e ss.; 332-334; 410.

(2) A. H. Millar, *Buchanan and Mary*, em *George Buchanan — A Memorial*, págs. 79-85 : «Beneath all his culture there was the old scottish notion of the absolute duty of fidelity to his feudal chief». Repudiando a tirania da realeza, Buchanan aceitava a tirania do *clan*. O seu ódio, a Maria Stuart, foi o consequente desafio da sua aversão ao catolicismo.

(3) *Poemata*, págs. 379. Cfr. págs. 339-340.

(4) *Ver infra*.

(5) *Poemata*, págs. 378.

(6) *Ibid.*, págs. 366.

(7) *Ibid.*, págs. 380. Cfr. págs. 376.

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 287

a manter a paz com a Escócia (1)? Ele tem ademanos de gentil-homem para Joana Havard(2); agradece a Mildred Cecil, poetisa, os versos que ela lhe dirigira (3) ; cumprimenta as doutas filhas de António Cook (4). A Mary Flaming e Mary Beaton, damas da Rainha, dirige, entre galanteios cortesãos, os costumados pedidos de valimento e ajuda que, da parte delas, serão brisa de primavera para as tristuras do inverno de pobreza do poeta (5). O mesmo tom nos versos a Ana Walsingham, mulher de Tomás Randolph, a Camila Morei, poetisa também e, acaso, da família de Frederico Morei, aparentado com o editor parisiense da *Medea*, Miguel Vascosan (Paris, 1544), e ele próprio do *Jephtes* (Paris, 1554) (6).

Mas, em toda esta galeria — e não enumeramos, integralmente, as homenageadas — desconhece-se uma única figura, perante a qual o poeta se tenha sentido arrebatado, na sua condição de homem, para uma comunhão digna e fecunda de vida no lar; nem sequer, para um ideal platónico de beleza e amor puramente espiritual, como o daquelas beldades que envolveram, de laços infrangíveis, as vidas de Dante, Petrarca ou Camões. Amarilide é personificação dos encantos de Paris, no *Desiderium Lutetiae*, composto talvez quando, em Lisboa, já liberto da Inquisição, mas enervado com as dilações de D. João III, esperava transporte para França. O sortilégio da capital gaulesa nunca fora esquecido por essas outras personificações — Lycisca (Lisboa) ou Melaenis (Coimbra) — que jamais conquistaram o coração do poeta.

Há, sim, um magote de mercenárias do amor, que o humanista põe em foco insistentemente, e se chamam Alisa (7), em estado tabético ; Leonor (8), filha da alcoviteira Piéride, criatura de idêntico mister (9) ; Neera(10), Filis (11) e Gélia(12).

(1) *Ibid.*, págs. 380-381.

(2) *Ibid.*

(3) *Ibid.*, págs. 381.

(4) *Ibid.*, págs. 383.

(5) *Ibid.*, págs. 389-391.

(6) *Ibid.*, págs. 409. Cfr. J. Maitland Anderson, *loc. cit.*, págs. 170.

(7) *Poemata*, págs. 313-314.

(8) *Ibid.*, págs. 315, 316, 343-345, 354-357, 361, 363, 392, 397 e 403.

(9) *Ibid.*, págs. 315, 360 e 397.

(10) *Ibid.*, 317, 334-337, 357, 358 e 403.

(11) *Ibid.*, págs. 358.

(12) *Ibid.*, págs. 338 e 360.

Os biógrafos e críticos literários, ou absolvem, num indiferentismo céptico pasmoso, o humanista, ou desculpam-no com o seu tempo, ou atribuem significado erótico puramente imaginário, quando não apologético, aos seus versos fesceninos. «Most of these poems were simply exercises in Latin verse, and were intended to show off the special gifts of the poet», diz Macmillan (1). Mais ainda : por semelhantes formas, julga este autor que a poesia de Buchanan se coloca num plano de realismo completamente diferente do dos poetas da Idade Média.

Não é bem assim. Seriam, antes, uma sobrevivência do pior realismo das cantigas de maldizer (2). Apesar das suas diatribes contra as formas degradantes do vício, que ele pinta, por exemplo, em *Leonor*, com brutalidade de *highlander*, não se pode tomá-las com a indulgência de Robert Wallace ou de Menzies Fergusson que vêm, nesta poesia de bordel, simples sátiras escritas para a admoestação da juventude escolar, a fim de, ao modo bíblico do livro dos *Provérbios*, afastar do vício (3). Com toda a crueza da sua forma primitiva, a literatura bíblica não deseje, nesse livro, às particularidades licenciosas de ordem anatômica e fisiológica, em que o erotismo do mestre escocês dá mostras, não de uma virilidade exuberante, mas de decrepitude precoce.

Nem parece tratar-se de formas esporádicas de um pendor desregrado. A elegia *A d Briandum Vallum* — Briand de la Vallée —, conselheiro do Parlamento de Bordéus, com certo ar de ironia embora, ergue em sistema o que se poderia interpretar com satiríase passageira ou perversão do ambiente (4). Quando o poeta, aos sessenta anos, se desculpa, perante William Haddon, desembargador no Tribunal da Relação da Rainha Isabel, em Londres:

*Frustra senectam, Haddone, provocas meam
Laeta ad juventae munia* (5),

(1) *Op. cit.*, págs. 115-116. R. Menzies Fergusson [*Buchanan's erotic verse*, em *George Buchanan — A Memorial*, págs. 143-149] procura defender o poeta com a moda do tempo : «To write verses was the fashion of the time». A força do raciocínio deveria servir para explicar o *suposto* deslize de Maria Stuart, nas *Casket letters*. Que diferença de balanças!

(2) António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, I, Lisboa, 1950, págs. 300 e ss..

(3) R. Menzies Fergusson, *loc. cit.*, págs. 145 e D. Macmillan, *op. cit.*, págs. 117-118.

(4) *Poemata*, págs. 304-309.

(5) *Ibid.*, págs. 340-341.

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 289

isso não significa que «Leonora and Neaera were names on wich he exercised his fancy». Expressa, apenas, que o tempo tinha passado, e não em vão. A poesia lúbrica estava, de certo, dentro da temática do classicismo latino, sem revelar necessariamente degradação moral de vida.

*Innocuos caesura potest permitttere lusos:
Lasciva est nobis página, vita proba,*

dizia Marcial.

*Crede mihi: mores distant a carmine nostro
Vita verecunda est; Musa jocosa mihi,*

respondia Ovídio. E Catulo concordava:

*... Castum esse debet pium poetam
Ipsum versiculos nihil necesse est (1).*

A história, porém, desmente a verdade e sinceridade destes propósitos, nos velhos tempos romanos. E a de Santa Bárbara, bem como a do Colégio de Guiena e do próprio Real Colégio das Artes, também. Embora não subsistam provas de vida social desregrada em Buchanan — e parece que o processo inquisitorial as devia proporcionar, se existissem ou fossem conhecidas — a verdade é que a sua alma de poeta, dentro da facilidade e elegância insuperável de tantos versos, do mais depurado classicismo, não era limpa.

E, no entanto, podia sê-lo, pois o conseguiu em momentos de grande beleza. A sua ode sáfica à juventude escolar de Bordéus — *Ad Juventutem Burdegalensem* (2) e os dois poemas ao primeiro dia de Maio — *Majae Calendae* (3) e *Calendae Majae* — quando a primavera da natureza exalta a primavera da vida; o gosto académico com que, em dois epigramas, celebra o pinheiro das escolas de Guiena, nesse mesmo dia de consagração da poesia, *In pinum pro foribus scholarum Calendis Maji erectam* (4), provam bem o quilate, de que era susceptível a inspiração buchananiana.

(1) Cit. em R. Menzies Fergusson, *loc. cit.*, págs. 144, nota 1.

(2) *Poemata*, págs. 399.

(3) *Ibid.*, págs. 301-304, 399-400. Esta segunda é, talvez, a mais delicada composição lírica de Buchanan.

(4) *Ibid.*, págs. 353.

O ESTRANGEIRO EM PORTUGAL E COIMBRA

Venhamos, agora, ao tema nuclear destas páginas: o reflexo de Coimbra e de Portugal na obra do humanista. Jorge Buchanan entrou em Portugal e no Colégio das Artes, por mão de André de Gouveia, seu amigo desde Santa Bárbara: entrou, apesar da oposição, aliás fundada, embora não isenta de ressentimentos, de Diogo de Gouveia, sénior, e outros mestres parisienses. Desejando paz e tranquilidade, numa Europa em sucessivos sobressaltos civis e externos, desde a sua pátria à França, à Flandres, à Alemanha, à Itália e, conseqüentemente, à Espanha de Carlos V, como o humanista indica na sua *Vita*, procurou refúgio neste último recanto do Ocidente, que era Portugal. São formais, as suas palavras auto-biográficas: «Nam cum totam jam Europam bellis domesticis et externis, aut eam flagrantem, aut mox conflagraturam videret, illum unum videbat angulum a tumultibus liberum futurum et in eo coetu qui eam perfectionem susceperant, non tam peregrinari quam inter propinquos et familiares agere existimaretur» (1).

Ele, que suportara a «misera conditio docentium literas humaniores Lutetiae» (2), aceitava, agora, de boa vontade, o convite vantajoso do Rei de Portugal, associando-se ao grupo bordalés de Nicolau Grouchy, Guilherme Guérente, Diogo de Teive e Elias Vinet, recrutados por mestre André de Gouveia. Vendo-se entre eles, como em família, não só se abalançava à jornada, mas convidou o irmão, Patrício Buchanan, a juntar-se à comitiva, certamente porque para ele, também, encontraria trabalho. A princípio, tudo correu bem — *res praeclare successit* (3). A verdade é que o ambiente português, se o conquistou por momentos, não lhe prendeu o coração. Buchanan entrara em Portugal pelo Nordeste transmontano (1547). De Torre de Moncorvo, como vimos, cortou a Braga, onde passou a Semana Santa (3-10 de Abril). A paisagem risonha do Minho, ao romper da Primavera verdejante, então como hoje, como nos tempos de S. Martinho de Dume, apesar do viajero proceder do Norte desabrido, deixou-o indiferente. Coimbra que,

(1) *Vita* * 3v.

(2) *Poemata*, págs. 298-301.

(3) *Vita* * 4.

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 291

para Fr. Vicente Justiniano, Mestre Geral dos Pregadores, era a cidade risonha por excelência — *vidimus urbem undique ridentem* (1) —, manteve-o carrancudo, tal qual o Ribatejo e Lisboa, pois, numa hora amarga de despedida, ele teve para Portugal este adeus, mais ressentido talvez que sincero, em todo o caso injusto para o que dele conhecia:

*Jejuna miserae tesqua Lusitaniae
Glebaeque tantum fertiles penuriae
Valet longum* (2)!

Regiões desertas e secas da mísera Lusitânia, leivas onde apenas brotava, com fartura, a fome? Eram isto, os arredores de Braga e as terras da Maia ou as margens do Mondego? Os campos de Santarém, de Almeirim e Salvaterra ou da Golegã, da Azambuja e Vila Franca, aridez também? E, no entanto, que poder descritivo para a França:

*At tu, beata Gallia,
Salve bonarum blanda nutrix artium,
Coelo salubri fertili frugum solo,
Umbrosa colles pampini molli coma,
Pecorosa saltus, rigua valles fontibus,
Prati virentis picta campos floribus,
Velifera longis animum decursibus,
Piscosa stagnis, rivulis, lacubus, mari,
Et hinc & illinc portuoso littore...* (3).

Em Coimbra, Buchanan, como bom nórdico, gostava de passear. Estava-lhe na massa do sangue, pois viveu erradio, durante 25 anos, longe da sua terra. O rei, provavelmente, dera-lhe privilégio de andar em mula, e aproveitá-lo-ia para, na companhia dos amigos, espaiar pelos arredores. Ora, quando Inácio de Morais, no seu *Conimbricæ*

(1) Frase atribuída ao Mestre Geral dos Pregadores, Fr. Vicente Justiniano. Cfr. *Encyclopedia pela Imagem: Coimbra V*, ed. da Livraria Chardron, Porto, s/d, págs. 24; Amorim Girão, em *Coimbra: Paisagem, Arte, História*, I, Coimbra, 1942, págs. 9.

(2) *Poemata*, págs. 290-291.

(3) *Ibid.*

Encomium, dedicado a D. António, se extasia e nos enleva na contemplação da alta universitária, do Colégio de Jesus, de S. Jerónimo, do Paço do Bispo D. Jorge de Almeida, da Sé Velha, da Misericórdia, ao Mosteiro de Santa Cruz, ao Colégio Real das Artes e aos seus estabelecimentos satélites da Sofia; do velho Convento de S. Domingos, do Palácio do Conde de Cantanhede, do Convento dos Loios, à ponte velha sobre o Mondego e, à beira do rio, até à igreja de S. Domingos e ao Conventinho de Santa Clara, ou mais longe, para nos parar na Fonte dos Amores e na Quinta das Lágrimas, e prosseguindo pelos vinhedos e olivais da margem esquerda até aos laranjais do Cidral, à Arregaça, a Val de Coselhas, a Celas, a Santo António dos Olivais ou, na fimbria do horizonte, até Tentúgal, São Marcos e Condeixa, tudo isto, que inspirou esses versos entusiastas, tão bons como os melhores de Buchanan (1), parece ter escapado ao escocês. Tudo, não. Numa troça pungente do seu colega Belchior Beleago, ele lembrará, apenas, nos campos coselhanos, os excelentes pepinos, melões, ameixas, alhos porros e nozes ; ou, nos campos marcianos, os coentros, cebolas, alhos e agriões, que o seu guloso olhar, pregado no chão e desatento das largas e verdes perspectivas da Lousã, Montemor e Buçaco, perscrutara (2) para, depois, desmemoriado, Tejo fora, resmungar como um profeta do despeito :

*Jejuna miserae tesqua Lusitaniae
Glebaeque tantum fertiles penuriae.
Valet longum!*

E este contraste valorativo, entre a paisagem de França e a de Portugal, acentuar-se-á, ainda mais, quando, nas suas saudades de Paris, simbolizada na jovem Amarilide, ele sublinhar, a brocha larga, não só a diferença da capital gaulesa com Lisboa e Coimbra, mas as belezas do Ródano e do Sena, para Buchanan superiores às do Douro e do Mondego:

*Quam superat Durium Rhodanus, quam Sequana Mundam
Tantum omnes vincit Nymphas Amaryllis Iberas (3).*

(1) Inácio de Morais, *Conimbricae encomium*, ed. de Mário Brandão, Coimbra, 1936, págs. 6 e ss..

(2) *Poemata*, págs. 345-346: *Ad Rectorem Scholae Conimbricae Mursam*.

(3) *Ibid.*, págs. 322-324: *Desiderium Lutetiae*.

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 293

Há, na obra de Buchanan, leves alusões a Portugal. Já apontámos, ao falar da tragédia *Jephtes*, o Tejo, cujas águas douradas bebe o Sol. No *De Sphaera*, tivera uma página vigorosa sobre os descobrimentos dos Iberos (espanhóis e portugueses, claro, mas competindo-nos, a nós, a primazia na descoberta progressiva da África até às índias das especiarias). É um rasgado testemunho de admiração aos heróis navegadores que, abandonando a terra, movidos pela *auri sacra fames*, devassaram o Universo e transformaram a civilização:

*Omnia jam vasti ratibus panduntur Iberis
Claustra orbis, rerum longis incognita seclis,
Jam secreta patent, namque insatiabile monstrum
Orcus Avaritiam Stygiis emisit ab antris
Germanam Harpyis, facies inculta, situque
Tristis, hiant rictus, tetricis frons aspera rugis,
Ora fame pallent, corpus miserabile curae
Attenuant, virus promptam ad perjuriam linguam
Inficit, et trepidam exercent insomnia mentem,
In vigiles ne blanda quies irrepit ocellos (1).*

Mas vem, depois, o reverso da medalha. O abandono das praças da África, de 1541 a 1550, dá pretexto ao herege, já evadido de Portugal, para interpretações desfavoráveis: «*Africa deseritur*» (2)! As guarnições licenciadas vêm-se reduzidas à mendicância, enquanto o Mouro cobarde ousa ocupar as fortalezas abandonadas :

*miles mendicat egenus
Vi sine tuta fugax oppida Maurus habet!}}*

Mais sombria é, ainda, a interpretação da colonização do Brasil, país de emigração para pederastas dados à agricultura. Quem esbulhara os soldados do que era seu, entregava-o a devassos. Quando se ofende a justiça, a sorte das batalhas também não pode ser propícia.

(1) *De Sphaera*, I, em *Poemata*, págs. 416.

(2) *Ibid.*, págs. 291 : Brasília.

(3) *Ibid.*

Assim mesmo! O austero cantor de Neera, Leonor e outras perdidas, que o enlevaram em páginas obscenas, chama, agora, a cólera justiceira do Arcanjo exterminador :

*Descende coelo turbine flammeo
Armatus iras, Angele, vindices,
Libidinum jam notus ultor
Exitio Sodomae impudicae (1).*

Havia fundamento para deplorar desordens deste triste calibre na colonização brasileira, para a qual os cristãos novos, reconhecidamente gafados desse crime, concorriam em larga escala (2). Mas, para a evangelização de Nóbrega e seus pares, saídos de Portugal em 1 de Fevereiro de 1549, e realizada com fôlego heróico, o poeta não tem uma palavra (3).

O MESTRE PERANTE O REI E OS OUTROS MESTRES

Da paisagem local coimbrã e geral do país, aquém e além-mar, passemos às pessoas. E, em primeiro lugar, o Rei. D. João III chamara Buchanan para o magistério de Coimbra, conhecendo bem a vida acidentada, as ideias e sentimentos do humanista, porque dele, como dos restantes mestres bordaleses, estava suficientemente informado. Mas crera na palavra e honestas intenções desses homens superiores, bem como nas possibilidades absorventes da vaga intelectualista que invadira Coimbra, nas suas Faculdades e nos seus Colégios Universitários. A 1 de Março de 1548, Diogo de Teive dedicava a D. João III o seu *Commentarius de rebus apud Dium gestis* (4). Era o relato da heroica defesa no primeiro cerco de Diu, em 1538, e primicias da homenagem

(1) *Ibid.*, págs. 291-292: In colonias brasilienses vel sodomitas.

(2) O primeiro bispo do Brasil D. Pedro Sardinha já se mostrava preocupado com o problema dos cristãos-novos que invadiam mesmo as dignidades eclesiásticas. Cfr. Serafim Leite, *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, I, Coimbra, 1954, págs. 468. Sobre a crise moral da colonização brasileira, cfr. C. R. Boxer, *The Golden Age of Brazil (1695-1750)* págs. 16, 131, 138, 140, 164, 165, 174, etc.. University of California Press, Berkeley—Los Angeles, 1962. O autor refere-se a urn período posterior. Mas ela começou no século XVI.

(3) Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, I, Lisboa, 1938, págs. 19.

(4) Diogo de Teive, *Opuscula: De rebus apud Dium gestis*, Dedicatória, págs. 9.

oficial dos mestres do Colégio das Artes. Buchanan quis colaborar com uma poesia à obra do seu amigo. «A morte invejosa pretendia eclipsar os triunfos do Monarca na Índia e lançar trevas de esquecimento sobre os feitos dos seus generais. Teve, vestindo as armas de Apoio, vencia a morte e esbulhava-a dos seus despojos, incitando os vindouros, com as páginas do seu comentário, a prodigalizar esforços em louvor da pátria e a conquistar, a preço de poucos anos encurtados, glória de uma posteridade sem limite»:

*Jure ergo invictus Rex es: quando, omnia vincens,
Accessit titulis Mors quoque victa tuis.*

«És, pois, ó Rei invencível: tendo triunfado de tudo, juntas aos teus títulos o de ter vencido a morte» (1).

Adulação? O certo é que Buchanan se não manteve, sempre, nestes sentimentos. Saído de Portugal, no *In Polyonymum*, porá a ridículo os pergaminhos de quem exclusivamente — *unus* — se intitulava Rei de Portugal e dos Algarves, de Aquém e Além-mar em África, Senhor da Guiné, da Conquista, do Comércio e da Navegação, da Arábia, Pérsia e Índia.

Tot ergo

*Cui sunt nomina, nonne jure Regem,
Multis nominibus vocabo magnum?
Sed rex nominibus tot ille magnus,
Si belli furor, aut mare aestuosum
Occludat piperariam tabernam
Famam foenore pransitabit emptam,
Versuram faciet vel esuribit (2).*

Quem via, de 1548 a 1550, a relativa esplendidez com que D. João III procedia à renovação da Universidade e às obras do Colégio Real das Artes, ou largamente pagava aos mestres bordaleses as suas lições, apesar das dificuldades que já, então, experimentava o tesouro, não tinha motivo, por então, para viver, ao almoço, do crédito de fama oca, e contrair dívidas ao jantar, ou passar fome.

Nem tudo, porém, é negrume. Abordemos o meio universitário. Já dissemos, quem era o Reitor, desde 1543: Fr. Diogo de Murça. Homem culto, viajado, e formado com justo renome tomara, com

(1) *Ibid.*, págs. 10.

(2) *Poemata*, págs. 396-397.

pulso firme, a reforma universitária, que prosseguia vigorosamente. Entendendo-se, à maravilha, com seu confrade, Fr. Brás de Braga, e conjugando os esforços da *Alma-Mater* conimbricense com os do velho Mosteiro de Santa Cruz, soube respeitar a autonomia concedida ao Real Colégio das Artes que, aliás, se tornava a mais firme garantia do futuro académico quanto à população escolar. Sentia-se, por isso, correspondido no respeito, não só pelos mestres parisienses, que haviam sido seus súditos, mas ainda pelos mestres bordaleses.

Buchanan faz-se eco desta consideração universal, mesmo em momentos de jovialidade, em que os lentes gracejavam uns com os outros, à sombra do Reitor. Entre os colegas do mestre escocês, contava-se Belchior Beleago, antigo bolseiro de Paris e mestre de Artes no novo Colégio Real (1). Era um curioso tipo de portuense, nada tolo, embora por vezes parecesse simplista, activo, bem governado na sua vida económica à custa de fornecimentos, quer alimentares quer de estudo, diríamos, hoje, sebatas ou equivalente, feitos aos escolares. Não se podia tachar de rígido, em questões de disciplina, e os rapazes valiam-se dele para obter facilidades, às vezes excessivas. Os colegas chasqueavam com o mestre da facção parisiense; e, um dia, em que o grave Reitor veio de visita aos lentes do Colégio Real, mestre Beleago entrou em cena e Buchanan dirigiu-se, nestes termos, ao Magnífico: *Ad Rectorem Scholae Conimbricæ Mursam*:

*O Domine Rector, Rex Scholae Conimbricæ,
Miramur omnes hic tuam potentiam:
Beleago regni quantula est bellua tui (2)!*

(1) Sobre Beleago, veja-se, sobretudo, António Cruz, *Belchior Beleago, humanista portuense*, em «*Bibliotheca Portucalensis*», I, Porto, 1957, págs. 7-29; M. Gonçalves Cerejeira, *Clenardo e a sociedade portuguesa do seu tempo*, págs. 17, 47 e 94; e Mário Brandão, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, I, págs. 626-632 e 638-640; *Os Professores dos Cursos de Artes nas escolas do Comento de Santa Cruz, na Universidade e nos Colégios das Artes, de 1535 a 1555*, em «*Biblos*», V, Coimbra, 1929, págs. 84-109 (Ver, sobre Beleago, págs. 99-100); *O Colégio das Artes*, I, págs. 102, 109-110; Joaquim de Carvalho, em *Notícias Chronologicas da Universidade de Coimbra, de Francisco Leitão Ferreira*, III/I, págs. 441; Maria Helena da Rocha Pereira, no Prefácio e eruditas notas à *Oração sobre o estudo de todas as disciplinas*. Porto, 1959.

(2) *Poemata*, págs. 345-346. Sobre Fr. Diogo de Murça, cfr. Mário Brandão e M. Lopes de Almeida, *A Universidade de Coimbra*, págs. 191 e ss. ; Francisco Carneiro de Figueiroa, *Alphabeto dos Lentes da Insigne Universidade de Coimbra*,

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 297

Ó Senhor Reitor, rei dos Gerais de Coimbra, todos pasmamos, aqui, do teu poder. Como é possível, esta pequenina fera de Beleago, em teu reino? Nada há que he escape, debaixo dos pés. Nada que não manche com suas mãos avarentas. Mata e mercadeja cabras, bodes, bácoras, ovelhas, bois e toda a sorte de gado. Vende aves do céu, peixes do mar e tudo o que se mexe nas águas; pepinos, melões, abrunhos, alhos porros e nozes, que abrolham nas hortas de Coselhas; coentros, cebolas, alhos e agriões que arrebetam pelos quintais de São Marcos. Ó Senhor Reitor, rei dos Gerais de Coimbra, atenção, que se fazem mister medidas de prudência!»

O Reitor, bondoso e humanista, deve ter sorrido para o visado e para o poeta. Conhecia-os ambos. Eram amigos e a piada, com seu fundamento, não passava de beliscadura. Este à vontade estendia-se ao convívio com os graves mestres das faculdades superiores, nomeadamente de Teologia e Cânones. Um dos mais prestigiados era, sem dúvida, Martinho de Azpilcueta Navarro, lente de Prima de Direito Canónico. Em 1548, deu ele a público a sua *Relectio* sobre o capítulo *Novit, De Judiciis*, das Decretais, feita a 29 de Junho desse ano e impressa por João Barreira e João Álvares, para comemorar, talvez, os dez anos de docência universitária coimbrã do afamado canonista, depois dele ter ilustrado as cátedras de Salamanca (1). Mestre Navarro dedicou, com palavras quentes, o seu livro ao Príncipe D. João. Os novos humanistas do Colégio Real, Diogo de Teive e Jorge Buchanan, certamente a rogo, quiseram honrar o trabalho e a pessoa desse veterano do professorado (2). A composição do mestre escocês, em graves hexâmetros, é caso não vulgar, nele, e repassada do maior respeito pelo saber jurídico e admiração pelas virtudes morais do lente austero:

*Macte animi, venerande senex, qui pectore sancto
Abdita secreti reseras penetralia Juris:
Saepe renascentem resecas rationibus herbam.
Non tu Dictaeo mendacia callidus antro,
Auctoremque Jovem fingis, lucove Capeno*

desde 1537 em diante, págs. 54, 65-60, 78-82, 84-85, 88-89, 91-93. Coimbra, 1937; Joaquim de Carvalho, *Estudos sobre a cultura portuguesa no século XVI*, II, Lisboa, 1953, págs. 188, 532, 543, 553-554, 556 e 562.

(1) Cfr. António Joaquim Anselmo, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, 71b. Lisboa, 1926.

(2) Cfr. *Relectio*, 4-4v.

*Avia nocturnae simulas commercia Nymphae:
Nec tripodas Phoebi mentita oracula fundis:
Sed liquida veri puris de fontibus unda,
Pectora nostra rigas; moresque in prava fluentes
Corrigis, et iustis legum compescis habenis,
Spes nimias, animosque feros moderamine flectis,
Pontifices tu purpureos, dominumque potentis
Ausoniae, Regesque doces discrimine certo
Nosse modum Juris, flexique obliqua doloso
Exigis ad canones interpret commodus aequos.
Ergo velut dubiis Phoebea oracula rebus,
Aut Libycas sortes, aut Dodoneae petebant
Templa inopes veri, trepidoque instante tumultu:
Sic cum perplexis mentes ambagibus error
Implicat, et Juris sinuoso tramite fallit
Semita, tu dubios regis, errantesque reducis,
Confirmas trepidos, revocasque in coeca ruentes,
Et mala ne serpent rabiosae semina litis
Aut caves: et Iustitiae praeceptor inermis
Aurea compositis instauras saecula bellis (1).*

O venerável velho ficou tão pago do encomio que o reimprimiu noutras obras e particularmente nas edições latinas do seu *Manuale Confessorum* (2). E com razão, pois era uma digna homenagem, não só ao saber jurídico do lente, mas ao prestígio que ele adquirira, quer entre os colegas universitários, quer junto do rei e dos tribunais da corte, quer ainda perante o próprio Pontífice e os Cardeais da Cúria Romana, como diz o texto original, que *in odium auctoris* os reimpressores, de cá e de lá de fora, modificaram, aliás sem razão plausível (3). Quando a hora da adversidade chegou para o humanista, mestre Navarro teve a hombridade de intervir a seu favor, escrevendo, a 8 de Setembro de 1550, em termos patéticos, a Dona Catarina, para que intercedesse pelo detido do Santo Ofício e seus companheiros, ponderando, mesmo, a Jorge Gonçalves Ribeiro, o inconveniente das prisões odiosas dos mestres bordaleses, que logo se assoalhariam por toda a Península, com

(1) *Ibid.*, e Francisco Leitão Ferreira, *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra*, II/1, Coimbra, 1938, págs. 248.

(2) Francisco Leitão Ferreira, *op. cit.*, *ibid.*.

(3) Sobre Martim de Azpilcueta Navarro, ver também, *ibid.*; págs. 36,45,48, 59, 66, 67 e *passim*; II/3, tomo I, Coimbra, 1944, págs. 39, 45, 66-67, 133, 213, 331; e Francisco Carneiro de Figueiroa, *Alphabeta dos Lentes da Insigne Universidade de Coimbra, desde 1537 em diante*, págs. 71, 276, 307, 308 e 310.

grave menoscabo para a reputação da Universidade de Coimbra (1). Evidentemente, ao deputado da Inquisição coimbrã, cumpria, apenas, executar as ordens recebidas de Lisboa. Entretanto, a boa vontade de Navarro pairara sobre a catástrofe.

Com os mestres do Real Colégio das Artes, encurtavam-se as distâncias. Buchanan era íntimo de Diogo de Teive. Já se viu como honrou o seu comentário ao primeiro cerco de Diu com um epigrama dirigido a Dom João III. Anos antes, por 1544, imobilizado pelo reumatismo ou gota, em Paris, na casa do impressor Miguel Vascosan ou no Colégio do Cardeal Lemoine, compusera uma elegia dedicada ao humanista bracarense e a outro amigo, Ptolemeu Luxe Tasta (2). Ao primeiro, conhecera-o em Paris e convivera com ele no Colégio de Guiena. Teive tinha o culto da amizade (3). E merecia-a, por ser de carácter lhano e franco (4). O mestre escocês correspondia, estimando-o como metade da sua alma:

*O animae Ptolemaee meae pars altera, tuque
Altera pars animae, Tevi Jacobe, meae:
Scire juvat quid agam ? Vivo modo, si modo vivit
Pondus iners, animae corpus inane suae* (5).

E, depois, de lhes dar notícias miúdas do andamento da doença e dos amigos, que o visitam e consolam, remata, desanimado e saudoso, para o caso de morrer, com estas palavras que, aliás, recordam o célebre soneto de Camões, na morte de Catarina de Ataíde:

*Si quis erit sensus supra quid agatur in aula,
Libera cum vinclis corporis umbra fugit,
Vester erit luctus nostrae quoque lugubris umbrae,
Nec mihi mors longi meta doloris erit* (6).

(1) Mário Brandão, *Alguns documentos respeitantes à Universidade de Coimbra na época de D. João III*, págs. 38. Coimbra, 1937.

(2) *Poemata*, págs. 309-312.

(3) Luís de Matos, *O humanista Diogo de Teive*, em «Revista da Universidade de Coimbra», XIII, Coimbra, 1937, págs. 221, nota 1.

(4) Processo de Diogo de Teive, publicado por Mário Brandão, em *Notícias Chronologicas da Universidade de Coimbra*, II/3, págs. 471 : «... de meu natural eu so fácil e conuersauel com todos e principalmente com homens de letras».

(5) *Poemata*, *ibid.*.

(6) *Ibid.*. Cfr. «Se lá no assento etéreo onde subiste / memória desta vida se consente». Camões, *Rimas* (ed. cit.), págs. 172.

Felizmente, Buchanan não foi daquela, nem iria tão cedo. Na vida de Coimbra, Teive aparece ligado com ele, estreitamente. Aos domingos e dias de festa, depois de missa ou de tarde, passeiam juntos pela cidade e arredores: juntos comem, sem grande preocupação dos jejuns e abstinências da Igreja, restrição de que, aliás, se desculpam por doença ou de que podiam libertar-se mediante licença, facilmente concedida. Relembra antigos tempos de Paris; discutem temas religiosos, algum tanto delicados para o meio português, com uma liberdade, que maravilhava, por vezes, os colegas parisienses, os criados e os alunos, sem grande receio, por certo, dos interlocutores. Cultivavam relações com o Bispo-Conde D. João Soares, com o Reitor da Universidade, Fr. Diogo de Murça, e principais lentes dela, isto é, não só com Martim de Azpilcueta, mas ainda com João Morgovejo, Paio Rodrigues de Vilarinho, Marcos Romeiro e os acolhedores cónegos regrantes de Santa Cruz, onde a conversação sobre assuntos religiosos com o Prior Geral Dom Filipe os encantava, para não falar noutros mosteiros da cidade, em pessoas nobres e burguesas de Coimbra, que se desvaneciam com estas visitas. Nos dias de chuva ou quando a canícula apertava, ficavam-se em casa, entretidos no jogo ou comentando leituras de livros perigosos, quando algum recém-vindo de França chegava a Portugal, desprezado do policiamento mais rigoroso que se ia fazendo, desde 1537, e com a publicação do *índice Expurgatorio* de 1547(1). Momentos, aliás, fugidios, porque a docência era pesada. Estava em cheque o prestígio dos mestres e não havia ainda tradições de trabalho arraigadas, entre os escolares. Era, por isso, necessário, embora contra a letra dos estatutos, aproveitar, às vezes, não só os dias festivos dispensados para o estudo, mas até as tardes dos domingos, depois de vésperas ou trindades, ao modo de França, dando o descanso dominical por acabado.

Desta intimidade, partilhava o comum amigo e Principal do Colégio, André de Gouveia, desde os tempos de Paris e de Bordéus, a cuja estima deviam o convite para o acompanharem na fundação do Colégio das Artes. Aqui, as ocupações absorventes de Gouveia com os seus

(1) António Baião, *A censura literária inquisitorial*, em «Boletim da Segunda Classe», da Academia das Ciências de Lisboa, XII, Coimbra, 1919, págs. 474. Cfr. V. S. Révah, *La censure inquisitoriale portugaise au XVI^e siècle*, I, Lisboa, 1960, págs. 40-50 e 88-102; Mário Brandão, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, págs. 528-539, 555 e ss..

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 301

800 alunos, na primeira quinzena de Março de 1548, e ultrapassando 1000 mês e meio depois (1), ou com as frequentes idas a Lisboa para tratar das obras e imprimir velocidade à grande máquina, não lhe ofereciam margem para longos passatempos. Mas, da confiança entre Buchanan e o Principal, nenhum testemunho é tão eloquente como o sentido necrológico que o humanista lhe consagrou, na morte inesperada:

*Alite non fausta genti dum rursus Iberae
Restituís musas, hic Goueanae jaces:
Cura tui Musis fuerit si mutua, nulla
Incolet Elysium clarior umbra nemus (2).*

«Quando, em hora infausta, restituíais as musas à gente da Ibéria, eis-te, ó Gouveia, aqui, jazendo por terra. Se as musas te souberem corresponder, no cuidado que lhes consagrastes, pelo sagrado bosque do Elisio não habitará sombra mais gloriosa que a tua!». É um eco menos succinto e expressivo, porém não menos sentido, que o epitáfio posto em Santa Cruz e recolhido por Barbosa Machado.

*Julia Pax genuit: rapuit Conimbria corpus:
Excoluit mentem Gallia: Olympus habet (3).*

A amizade de Buchanan para com André não era partilhada por todos os Gouveias. Mestre Diogo, o célebre Principal de Santa Bárbara e Reitor da Sorbona, olhava de soslaio, ou antes, com manifesta aversão, o humanista reformizante e libertino em seus versos. De iguais sentimentos, participavam Diogo de Gouveia, o Moço, que o tio preferira para o principalato do Real Colégio das Artes e até inculcara a D. João III, sem ser atendido ; e, por idêntico motivo, Marcial de Gouveia que, afinal, veio a cair, também, nas malhas da Inquisição (4). Já assim não aconteceu com outro célebre humanista, irmão de André e Marcial, António de Gouveia, conhecido semelhantemente de Buchanan em Paris e professor em Bordéus, em 1538, mas enfronhado de reformismo como nenhum dos seus parentes, para depois cair no ateísmo, com grande sanha de

(1) Mário Brandão, *ibid.*, pág. 575.

(2) *Poemata*, págs. 368.

(3) Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, I (2.^a ed., Lisboa, 1930), págs.148.

(4) Cfr. *supra* António Baião, *O processo desconhecido da Inquisição contra o lente do Colégio das Artes Mestre Marcial de Gouveia*, 10c. cit..

Calvino (1). Sentindo-se mal no Colégio de Guiena, onde andava «rebutado e acosado», por dizerem dele que era luterano, como informa Marcial (2), e ser acusado à Inquisição, saiu para Tolosa a cursar direito, ciência pela qual chegou a ser «l'un de ces rares esprits qui feront l'éternel ornement de la Renaissance», como diz Quicherat (3). Professou esta ciência, não só em a Universidade, em que a aprendera, mas também em Cahors, Valence, Grenoble e Mondovi, além de ter ensinado as humanidades em Paris, Bordéus, Lyon e, talvez, em Toulouse e Avignon (4). Nos seus trabalhos filosóficos, tornou-se célebre, a defesa de Aristóteles contra Pierre de La Ramée, no *Pro Aristotele responsio adversus Petri Rami calumnias* (5), tão mal aventuradamente traduzido em português, não há muitos anos (6). Em Paris, se não também em Bordéus, conviveu com Buchanan e parece terem sido muito íntimos o afecto e consideração que os uniam, no amigo comum, o já citado Diogo de Teive, pois o humanista escocês consagrou ao irmão do Principal André, este *hendecassilabo*, que parece do século xvii e em que o conceitismo puro se despica com gentilezas, disfarçadas de ciúmes, entre os três amigos:

AD ANTÓNIVM GOVEANVM

*Sì quicquam, Goveane, fas mihi esset
Invidere tibi, Tevieve,
Et te nostro ego Tevio inviderem,
Et nostrum tibi Tevium inviderem.
Sed cum me nihil invidere sit fas,
Vel tibi, Goveane Tevieve,
Si fas est quod amor dolorque cogit,*

(1) Mário Brandão, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, págs. 467. Mais fiel a Calvino manteve-se Buchanan, que lhe dedicou, na morte, um sentido epicéδιο. *Poemata*, págs. 407-408.

(2) António Baião, *op. cit.*, págs. 38.

(3) J. Quicherat, *Histoire de Sainte-Barbe*, págs. 131.

(4) Luís de Matos, *Les Portugais à V Université de Paris*, págs. 118.

(5) Paris, 1543.

(6) Antonio de Gouveia, *Em prol de Aristóteles* (trad. e prefácio de Aquilino Ribeiro), Lisboa, 1941. Cfr. A. Soares Pinheiro *O livro «Responsio» de António de Gouveia*, traduzido por Aquilino Ribeiro, em «Brotéria», Lisboa, Abril de 1941, págs. 447-456.

*Vobis imprecor usque et imprecabor,
Uterque ut mihi sed cito rependat
Hoc pravum ob facinus malumque poenas:
Te mi Tevius invidere possit,
Tu possis mihi Tevium invidere.
Ambobus mihi si frui licebit,
Coelum diis ego non suum invidebo,
Sed sortem mihi dii meam invidebunt (1).*

«Se me fosse lícito, ó Gouveia, privar-te a ti ou a Teive de alguma coisa,
Privar-te-ia a ti do nosso Teive;
E, ao nosso Teive, de ti.
Mas, como me não seja lícito, ó Gouveia,
Privar de nada, nem a ti nem a Teive,
Se é lícito fazer aquilo a que amor e dor obrigam,
Uma e outra vez vos peço
Que ambos sem tardar venhais castigar-me
Por este depravado acto e má acção:
Vindo Teive privar-me de ti e vindo tu privar-me de Teive.
Se puder gozar da companhia de ambos,
Não serei eu que inveje aos deuses o seu céu...
Eles é que invejarão a minha sorte».

Nestes jogos de espírito, de elegantes e limpidíssimos versos, espaiçiam, os humanistas daquele tempo, as preocupações da vida, alimentando a chama da amizade que, afinal, neste mundo, é dos raros momentos de encanto para o coração fadigado, nas tarefas de cada dia.

Resta-nos, ainda, uma terceira personagem do círculo coimbrão do mestre escocês e a que já aludimos: Belchior Beleago. Era natural do Porto, e pertencia, como também esclarecemos, ao grupo parisiense, pois estudara Humanidades e Artes, em Santa Bárbara, desde 1539, tendo por Principal Diogo de Gouveia, o Moço, estudo que completou com quatro cursos de Teologia, de 1544 até 1548 (2). Ao organizar o quadro dos mestres do Real Colégio das Artes, André de Gouveia convidou vários elementos parisienses. Beleago aceitou um curso de Artes, que terminaria em 1552. Eram boas, as suas relações com os bordaleses, como visita da casa de Diogo de Teive e, consequentemente, de Buchanan, acompanhando o primeiro e o Sub-Principal, João da Costa, em passeios a cavalo pelos arredores de Coimbra. Ceava com

(1) *Poemata*, págs. 337.

(2) António Cruz, *loc. cit.*, págs. 12 e ss..

os três, de parceria com Guérente, Antonio Mendes e outros cidadãos de Coimbra. Era um curioso tipo de tripeiro fura-vidas, este filho de João Álvares Beleago e futuro Bispo de Fez, coadjutor do Arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Vasconcelos e Meneses, em cujas funções morreu, na peste grande de 1569, sendo sepultado na capela de Nossa Senhora de Sião, da Amora, termo de Almada (1). Na abertura da Universidade, a 1 de Outubro de 1548, pronunciou a oração de Sapiência, em que relembra, discretamente, mas com sentimento, a perda irreparável de André de Gouveia. Revela-se, nela, excelente latinista e, pela erudição elegante, não desdiz das que, em idênticas circunstâncias, proferiram Arnaldo Fabricio, Hilário Moreira, André de Resende e João Fernandes. Era, também, dado às musas latinas e Pedro Sanches, numa epístola a Inácio de Morais, canta:

*Quis Beliage tuum non deflet, optime Praesul,
Interitum, cui praeduras injecit acerba
Parca manus ? Ah, quanta bonis jactura Camoenis (2)!*

Chegando, aos treze anos, a Paris, e talvez com magros recursos para as despesas extraordinárias, a que não fazia face a tença de boi-seiro, tratou de agenciar recursos com compras e vendas, em que o velho sestro regateador do burgo natal se revelou em cheio. Chamavam-lhe, por isso, *maquignon*, que se tem traduzido por negociante de cavalos ou alquilador; mas a gíria comercial popular evoca outro nome muito mais expressivo, aplicável ao estudante imberbe, que sabia remediar-se, traficando entre colegas: *cigano!*

Mestre Belchior nunca perdeu este pendor. De volta a Coimbra, fazia o mesmo, porém em mais larga escala: negociava virtualhas e panos de linho para os estudantes seus comensais e até cavalos com outros fregueses. A traficância parece ter-se exacerbado, depois da morte de Mestre André (3). Beleago não descorava a impressão das suas lições de dialéctica, aliás pobres, mas desculpáveis como primeira tentativa. Quando as publicou, em 1549, pedia que lhas tomas-

(1) *Ibid.*, págs. 20-21. Cfr. Mário Brandão, *op. cit.*, págs. 548-561 e 627.

(2) D. Manuel Cactano de Sousa, *Catalogo Historico dos Sumos Pontifices, Cardeas, Arcebispos e Bispos Portugueses*, em «Collecçam de Documentos e Memorias da Academia Real da História Portuguesa», n.º XXXIII (Lisboa, 1725), págs. 194-199. O epitáfio vem a págs. 198.

(3) Mário Brandão, *op. cit.*, págs. 626 e ss. e 638 e ss..

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 305

sem à boa parte: «Haec quantulacunque in bonam accipias partem, rogamus (1).

Ao cuidado editorial das próprias lições, Beleago juntou a *Logica Aristotelis ab eruditissimis hominibus conversa*, de Nicolau Grouchy, a que antepôs um prologo, imprimindo-a à sua custa (2). Tudo isto revertia em usura de tempo e disposição para o cumprimento dos deveres docentes. Os discípulos queixavam-se e os Principais, sucessores de Teive, tiveram de chamar à ordem o delinquente; mas sem grande fruto. Pior do que isto era, talvez, a mania de propalar boatos, às vezes perigosos, por bolirem com a reputação ortodoxa de alguns mestres bordaleses (3), agravada com certa facilidade de proporcionar saídas aos estudantes seus comensais, o que era defeso fazer, sem licença do Principal. Por estas quebras de disciplina e de seriedade, aliadas às ciganices, o apelido Beleago via-se colado à alcunha de Belial. É, neste ambiente, que devemos interpretar os sete epigramas sangrentos, não só de sabor rebelaisiano, mas francamente sujos, com que o mimoseou mestre Buchanan e que despertariam, de certo, larga hilaridade, naquele cenáculo de amigos, sem que se ressentisse Mestre Belchior, como se comprovaria, quando, chamado a depor perante a Inquisição, contra a tríade conivente nos gracejos, nada deporá de malévolo contra ela.

No primeiro epigrama, entrado na colectânea de *Fratres Fr aterrimi*, o escocês abre fogo desta maneira:

IN BELEAGONEM

*Beleago, fomes & parens mendacii,
Ab ore cujus pavida veritas fugit,
Mali susurrat nescio quid clanculum:
At fama de illo non susurrat, sed palam
Hoc universus populus affirmat, quod est
Beleago fomes et parens mendacii,*

(1) *De Dialectica Liber* págs. 30. Conimbricæ, 1949.

(2) Cfr. descrição da obra, constante de 4 partes — a primeira, terceira e quarta, impressas em 1549; a segunda, em 1548!—em António Cruz, *op. cit.*, págs. 27, nota 22. Ver, também, Mário Brandão, *ibid.*, págs. 629.

(3) Por exemplo, o de que os mestres bordaleses, que se tinham demitido do Colégio das Artes, haviam seguido para Genebra. Mário Brandão, *ibid.*, págs. 630 631 - .

*Ab ore cujus pavida veritas fugit,
Hoc igitur aequus aestimator judicet,
An mentiatur populus universus, an
Beleago, fomes et parens mendacii,
Ab ore cujus pavida veritas fugit (1).*

**Beleago, rastilho e pai de mentira,
De cuja boca a verdade foge espavorida,
Anda para aí a cochichar, às escondidas, não sei quê.
Mas a fama não resmungá dele; diz às escâncaras,
E todo o povo confirma, que ele,
Beleago, é rastilho e pai de mentira,
De cuja boca foge espavorida a verdade.
Julgue, pois, isto um juiz imparcial
E diga, se é todo o povo que mente
Ou se Beleago é que é rastilho e pai de mentira,
De cuja boca a verdade foge espavorida.**

O seguinte não é só menos inofensivo, na sua ambiguidade desbragada; é reles e de pura cepa juvenalesca. Achincalha a honra de Mestre Belchior, que enjeitava a alcunha de judeu, comprometendo-se a aboná-lo com testemunhas. A sátira soez, jogando com o termo *testis* e *putus* no dativo ou primeira pessoa do verbo *puto*, parece insinuar que o alvejado se dava à mais degradante forma de devassidão, característica, nesse tempo, entre cristãos-novos. Perdoe-se-nos a citação, mas só em latim:

*Judaeum, Beleago, quod negas te,
Et vis testibus id probare magnis,
Erras, testibus ista non probatur
Res, ut scis, puto, mentula probatur (2)*

Já nos referimos ao epigrama, em que se pedia a Fr. Diogo de Murça, pusesse cobro à chatinagem de Mestre Belchior. Os quatro seguintes giram à volta do mesmo tema do negócio com estudantes, que o mestre, em vez de tratar com solicitude de pai, esfolava vivos, coisa que nem às cabras fazia, se não depois de mortas. Toda a gente sabia

(1) *Poemata*, págs. 283. Nos seus processos, Diogo de Teive (*loc. cit.*, págs. 175 e ss.), bem como João da Costa (*vid. processo deste, loc. cit.*, págs. 233), acentuam estas maselas de Beleago.

(2) *Ibid.*, págs. 338

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 307

que ele era magarefe ; mais um passo, e chegaria a carneiro, para que nenhuma maneira de arrancar dinheiro deixasse de trazer-lhe lucro. Para atingir este fito com certeza, sugeria-lhe um preságio próprio da sua arte. Por mais canhestro que nela fosse, não erraria o alvo: era enforcar-se. Embora o fizesse desastrosamente, todos à uma reconheceriam que não poderia ter feito coisa melhor (1)!

O segundo epigrama desta série volta à baila com a jaça judaica, mas em plano mais limpo.

**Beleago, como ele próprio testemunha
Se é que merece crédito, em qualquer testemunho,
Nenhum estigma contraiu da raça judaica.
Mas ele vende e revende sebatas, leitos e panos,
Tamboretas, bancos, cobertores e tapetes.
Até roupa de adelo tira da lama,
E vende à mistura.
Açambarca leite, ovos, frangos, alhos e abóboras
Melões, pepinos, couves e alfaces,
Mediante espias postados em todas as aldeias,
Para em sua casa revender tudo mais caro.
É o árbitro exclusivo da feira do gado;
É o árbitro exclusivo do mercado do peixe;
É o árbitro exclusivo da praça da hortaliça;
É o árbitro exclusivo das lojas de comestíveis,
Verdadeira feira aberta ao público mais que as casas de jogo.**

**É a negociata pegada que ele tem sempre à vista em casa.
Não há pescador, hortelão, magarefe, passarinho
Ou cozinheiro que, sem ele, possa fazer negócio.
Nem mula revelha, nem macho coxo,
Nem burro lazarento, nem rocim estafado,
Que se logre vender, sem ele o regatear.
Tudo aquilo de que se pode fazer dinheiro,
Ele vende, revende, apreça; e, sempre, com lucro.
Nem há artista, comprador ou vendedor,
Mercancia, ofício, ou negócio que cheire,
Embora levemente, a ganho, que ele, esperto,
Não fareje, e que, antecipando-se, não apanhe e devore;
E, se o não consegue, não deixa de roer,
A sua ponta de migalha, como único negociante por grosso
E ferro-velho exclusivo das redondezas.
Se há, entre nascidos deste mundo, quem, enfrascado sozinho,**

(1) *Ibid.*, págs. 346.

Em modos de vida tão sórdidos, não seja judeu,
 Então, Beleago, também eu digo que tu, metido
 Nestes porcospinos modos de vida, não és de raça judaica (1).

O terceiro epigrama põe em contraste Beleago *mestre* com Beleago *chatim*.

*Beleago cunctas novit artes unice,
 Has praeter unas, quas docet;
 Beleago cunctas tractat artes commode
 Has praeter unas, quas docet.
 Nec foenerator alter illo doctior,
 Nec caupo quisquam argutior,
 Mango nec ullus morbidos peritius
 Servos, equosque adulterat.
 Nec in macello ponderum minutias
 Sic lanius ullus exigit,
 Lancem dolosam deprimitve cautius
 Fractis adaugens ossibus:*

*Seplasiariae nec tabernae lucrío
 Interpolare astutior:
 Nec publicanus e propinquis quispiam
 Ad omne lucrum acutior.
 Et inter artes sordidas monopolium
 (Nam id laudo quod librarius)
 Exercet, unus & veteramentarius,
 Et unus est scrutarius
 Negotiator unus est magnarius,
 Et, si Laverna faverit,
 Ni fallor, unus esse volet aquarius,
 Unusque latrinarius:
 Sector, coactor, quadruplator, institor,
 Textorque, pictorque, & coquus.
 Has tractat artes ille non incommode,
 Has nempe didicit, & tenet.
 Quas est professus se tenere, non tenet.
 Nec tractat artes, nec docet,
 Nec scit docere, scire nec penitus studet.
 Sed olida convictoribus
 Ut ponit hirci latera pro vervecibus,
 Corvosque pro caponibus,
 Picasque caveae mortuas in carcere
 Pro phasianis suggerit:
 Sic ille misero credit auditorio*

(1) *Ibid.*, págs. 346-347.

*Se facile posse imponere:
Veterum sophorum sic novis mendaciis
Adulterare dogmata.
Cum syllogismi implicitus haeret retibus,
Nutatque, sudatque, & stupet,
Dein ceu solutum sit probe impudentia,
Quod peccat ignorantia,
Et ridet ipse, & caeteris est risui.
Cur ergo quæ nescit docet ?
Quæ scit docere, non docet ? mendacium
Quod prima ei sit artium.
Adversus artis ejus ut Θεωρήματα
Nec peccet imprudentia,
Quæ nescit, illa scire profitetur palam
Se: scire, quæ scit, pernegat (1).*

**Beleago sabe todas as artes menos as que ensina ;
Move-se à vontade em todas as artes
Menos nas de que é lente...**

E por aí fora, concretizando, em miúdo pormenor, todas as formas de vender gato por lebre. Alardeia saber o que não sabe; dizer o que sabe, é que não diz.

Finalmente, volta Buchanan à genealogia judaica. A tão grande mentiroso, não se podia dar crédito. O único recurso era ele afiançar por verdade o que desejasse fazer aceitar por mentira, e dar por mentira o que intentasse fazer passar por verdade.

*Gens duplex, Beleago, tuo de stemmate certat,
Nititur & causam quaeque probare suam.
Nulla tuis dictis quod sit constantia, Maurus
Indicium Libyci sanguinis esse putat.
Signa sui generis credit Judaeus acumen,
Quodque tibi est lucri tam furiosus amor.
Tu Lusitano genitum te sanguine jactas;
Nec tamen hoc aliter, te nisi teste, probas,
O utinam indicis, aliove id teste probares:
Aut te certa foret testificante fides!
Sed mihi si credas, testis potes esse tibi ipsi.
Utilis, hac una sed ratione potes:
Quæ tibi pro fictis vis credi, ficta negato:
Et quæ vera cupis credi, ea vera nega (2).*

(1) *Ibid.*, págs. 347-348.

(2) *Ibid.*, págs. 355.

Vê-se, pois, que o mestre português era uma espécie de títere, em torno do qual o meio acadêmico se divertia; um tanto pesadamente, digamos. Para louvor de Mestre Belchior, ele nunca aproveitou ocasião de ajustar contas, como já fica assinalado. E a Jorge Buchanan, sobretudo, podia prejudicá-lo, se quisesse. Não o quis, e ainda bem, pela sua paciência ou modos bonacheirões (1).

O EROTISMO COIMBRÃO DE BUCHANAN

Terminemos este fastidioso excursão com um ligeiro aceno à poesia erótica de Buchanan. Ela ajuda-nos a compreender e explicar, em integral amplitude, o seu perfil moral. Podemos seriar as suas trinta e cinco composições, algumas delas, simples epigramas, com poucas exceções, à volta de duas cortesãs principais: *Leonor*, inspiradora de vinte poemas, à maneira da *Lyce* de Horácio(2); *Neaera*, nome que recorda a amante poética de Lídamo em Tibulo, ou de Marulo, Secundo e Bonefônio (3), a que fazem coro outras figuras, de papel secundário, na vida sentimental do humanista.

Literariamente, as composições inspiradas em Neaera sobrepujam as inspiradas em Leonor, quanto aos temas, facilidade de expressão, contorno conceituoso das imagens e poder gráfico dos contrastes, não destituídos de humor. Mas o realismo selvagem e abjecto do assunto — a expressão é de Robert Wallace (4) — destoando da elegância das formas latinas, torna-se hediondo, por vezes, à leitura de certas passagens. Os críticos ingleses do quarto centenário do nascimento do poeta sentiram bem esta nota deplorável, na lírica erótica de Buchanan, que nenhum sopro de inspiração humana, elevada e pura, enobrece, como nenúfar desabrochado em pântano de vício. A apologia chegou, mesmo, ao ponto de atribuí-lo a um propósito saneador da juventude escolar, prevenindo-a, em lindos versos latinos, das sombrias realidades da vida humana. E não há dúvida que assim acontece, por vezes. Mas seme-

(1) Vid. *supra* págs. 46. Cfr. Mário Brandão, *op. cit.*, págs. 632. Dá os testemunhos de Costa (processo cit. págs. 137) e de Teive (processo cit. págs. 109).

(2) Horácio, *Carminum* 4, 13, 1.

(3) Tibulo, *Elegiarum*, 3, 1, 6. Também ocorre em Horácio (*Carminum* 3, 14, 21 e *Epodum* 15), bem como em Vergílio (*Eclogae* ou *Bucolicae* 3, 3) e outros.

(4) Cit. por R. Menzies Fergusson, *Buchanan's erotic verse*, loc. cit., págs. 146.

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 311

lhante defesa é frouxa e incongruente. Buchanan recolheu este cisco da sua juventude e hesitou em trazê-lo a público. Os amigos, naturalmente, num tempo, em que a poesia fescenina teve tanta fortuna, optaram pela publicação (1). Pois não dedicara, o próprio Teodoro Beza, um volume de versos eróticos a Belchior Wolmar, pessoa grada e instruída, desculpando-se de que, se a musa era licenciosa, a sua vida era casta (2) *I* O gosto da verdura é de todos os tempos. No século xvi, desembocava aquela torrente de humanistas italianos da centúria anterior, que esgotaram todo o vocabulário e toda a fraseologia da obscenidade mais absurda (3). O ambiente contagiou-se, até hoje.

Seja como for, esta poesia de *bas fonds* nunca poderá constituir um título inteiramente digno para a glorificação do poeta. Terá, ela, que ver, alguma coisa, com o ambiente de Coimbra? Menzies Fergusson supõe que a maior parte destas composições dirigidas *ad Neaeram*, *in Leonor am*, *in Gelliam*, foram escritas em Portugal — «while he was resident in Portugal». As Amar ilides seriam de Paris (4).

Leonor, na poesia cortesanesca de Buchanan, é o tipo feminino que ocorre com mais frequência. O nome, já por si, recorda idêntica inspiradora de Camões, nas voltas ao mote de cantiga «Descalça vai para a fonte» (5). Que a Leonor de Buchanan se deva situar em Coimbra, não pode haver dúvidas. Di-lo, expressamente, a primeira composição do *Jambon Liber*, em que se exproba, a essa mercenária do amor e sua mãe alcoviteira, obrigarem o marido da filha a expatriar-se para a Índia, a fim de fugir à vergonha de ter sogra e mulher a explorar tão vil mister:

*Matre impudica filia impudicior,
Et lena mater filiae,
Vos me putatis esse ludumque et jocum
O scorta triobolaria,*

(1) *Ibid.*, págs. 144-145.

(2) Macmillan, *op. cit.* págs. 117.

(3) Por exemplo, Lourenço Valla no *De voluptate ac vero bono*, Basileia, 1519; A. Beccadelli ou Panormita, no *Hermaphroditus*, Bolonha, 1425; Poggio Bracciolini, no *Liber facetiarum* (1438-1452), Basileia, 1538. Cfr. Luis Pastor, *Storia dei Papi* (vers, i tal. de Ângelo Mercati) : Introdução (Roma, 1931) págs. 16 e ss.. O género teve continuadores, nos séculos posteriores, como as *Elegantiae latini sermonis* seu *Aloisia Sigea Toletana* (Leyden, 1774), atribuídas a João Meursius ou de Meurs, o Jovem (n. Leyden, 1613 — Dinamarca, 1654), mas de que é autor Nicolau Chorier. Estas não são menos revulsivas.

(4) *Op. cit.*, págs. 143.

(5) *Rimas*, págs. 61.

*Sacrificulorum pauperum fastidia,
Relicta mendicabilis?
Vos ne videret gurgites, ne pasceret
Vir filiae usque ad ultimos
Profugit Indos nec viae longinquitas,
Nec nota feritas gentium,
Nec belluosi rapida saevities freti
Ab instituto terruit:
Nullum periculum, nulla monstri est vastitas
Quam perpeti non maluit,
Quam vos videre duplices voragines
Famae reique prodigas.
Externa potius arma, quam domesticam
Vult ferre turpitudinem.
Ergo solutis liberata vinculis
Libido & helluatio
Coepere paribus arma ferre viribus,
Invicta pariter utraque:
Pariter voraces, pariter insatiabiles,
Pestesque morum compares.
Nec alba sparsis saxa Sirenum ossibus
Tot perdidere naufragos,
Nec quae Sicanas obsident angustias
Scylla & Charybdis, quot bonis
Vos exuistis. Vos Conimbricae scholae
Scopuli, juventutis lues,
Barathrum populi, busta fama, opprobrium
Et dedecus vicinia.
Qua spe superbe furitis aut fiducia,
Prostibula plebis infimae?
Quas nunc egestas, mox egestatis malis
Urgebit acrior fames:
Cum pretia vestri, aetate quamvis integra,
Ventrem voracem non alant:
Cum corporis totius infamis labor
Unam gulam non expleat:
Nec compararit digna quae saltem foret
Vili supellex fornice.
Ergo ruentem quae refulciat domum
Neptem parentis artibus
Instruite, & aviae, quae brevi cadavera
Effoeta quaestu vos alat.
Lucro tenello adsuescat aevo. Lubrica,
Leonora, fugiunt tempora.
Jam senectus verticem tinget comis
Canis, rubebunt lumina.
Rugosa facies respuet tectoria*

*Hiulca sulcis grandibus,
Declivis aetas pendulas solvet genas,
Rubigo dentes atteret.
Quae nunc misela aetatis inflexu jaces,
Inopique monacho nauseae es,
Pertusa navis, & coquis, & servulis,
Ad omnium usque taedium,
Cui in tegete vili vilis quod vendere
Quam te queas, nil suppetit,
Quo nuditatem, quo famem pelles modo,
Et solis aestum, & frigora ?
Cum te coquorum turba jam spernat falax,
Cum servuli fastidiant :
Nempe unde questum es auspicata improperum,
Eo revertendum est tibi (1).*

Livre do freio da autoridade do chefe, esta dinastia de perdidas lança-se a exercer sobre a juventude escolar de Coimbra a mais funesta acção corruptora. «Nem os brancos escolhidos das sereias, nem Cila e Caribdes, postadas no estreito da Sicília, perderam tantos naufragos, espalhando-lhes os ossos, como tantos que vós despojastes de seus bens, vós, ó escolhidos das escolas de Coimbra, ó peste da juventude, abismo do povo, fogueira da fama, vergonha e desonra da vizinhança» (2).

E as consequências do infame tráfico, nas exploradoras dele, vão-se desfiando, até rematar nesta exortação final a Leonor, que é um insulto aos Regulares, e talvez às Ordens Terceiras, com as quais ele nunca simpatizou:

*Mendica Fratrum, amica mendicantium
Te adscribe, rursus, in gregem (3).*

O cozinheiro do Colégio das Artes, provavelmente da força dos Nogarros e Martinot, vindos de França, devia ser cliente da infeliz. Buchanan admira-se da baixeza do comércio infame e atira à cúmplice nova ferroada anti-monástica :

*Utriusque juris carniisque & piscium
Leonora docta, dic rogo,
Quo jure sese condit noster coquus?*

(1) *Poemata*, págs. 342-343.

(2) *Ibid.*

(3) *Ibid.*

*Ut unus e tot millibus
 Juvenum unus, inquam, placeat & sapiat tibi?
 Non ille genere nobilis,
 Formave gratus, aut dicax facetiis,
 Cultusve doctis artibus:
 Sed qui subulcus melior esset, quam coquus,
 Aut nauta certe, aut bajulus.
 Quod si coquus te caperet unus, id tamen
 Ferrem, licet cum nausea:
 Sed quod coquorum cunque per viciniam est
 Insano amore deperis.
 Praefers juventae nobili obscurum coquum,
 Diti anteponis pauperem:
 Foedum decoris, sordidum lautis, hero
 Servum, facetis rusticum:
 Ut & parentem filiae credam tuae
 Coquum fuisse Fratribus.
 Quo te veneno lixa, coquus, aquarius
 Cepere? quae juri suo
 Admiscuere philtra? quaeve Thessalis
 Collecta sylvis gramina?
 Ut hunc furorem nulla tollant pharmaca,
 Nec ulla matris carmina,
 Matris peritae detrahere Lunam polo,
 Diem tenebris condere,
 Et a sepulcris ossa legere, & funera
 Truncare vixdum frigida.
 Quid hoc veneni est? cujus iram numinis
 Hanc esse laesi existimem?
 Nisi forte jure quicquid emerit coquus
 Te jure credis vendere (1).*

Numa terceira poesia — *Miniata labra, sordidae creta genae* — o poeta, apesar de todas as diatribes contra a hediondez miserável do vício comprometedor da saúde, confessa ter sido vítima dele, embora felizmente conseguisse alforriar-se, por cuja fortuna ofereceu, em *ex-voto*, as cadeias que o haviam agrilhoado à divindade salutar que o libertara:

*Miniata labra, sordidae creta genae,
 Hiatus oris indecens
 Rictu canino, putridi dentes, pares*

(1) *Ibid.*, págs. 343.

*Mammae caprinis utribus,
Laciniosi gutturis deformitas,
Sulcique laterum pinguium,
Crassoque venter extumens abdomine,
Ego vos amavi? brachiis
Fovi, refovique, & fatigavi meis
Viscata labra basiis?
Plebi lupanar prostitutum sordidae
Vocare amores pertulP.
O fraus, amorque, et mentis emotae furor,
Et impotentes impetus
Quo me abstulistis? vindices Erinnyes,
Quo vapulavi crimine
Vestrum ad tribunali non enim Cupidinis
Dolui sagitta saucius:
Sed vestra adustus, vestra adustus lampade,
Furore vestro insaniis.
Ergo pudendis liberatus vinculis,
Meique juris redditus,
Sanctae Saluti sospitatrici meae
Et has catellas ferreas,
Monumenta duri serviti, & tabellulam
Hanc sanitatis indicem
Per eam receptae, & memoris animi pignora
Dono, libensque dedico (1).*

A quarta silva, a Leonor, abre por uma descrição magistral de Coimbra, nas férias estivais:

*Vindemiales feriae claudunt scholas,
Juvenes penates patrios
Repetunt: per urbem solitudo: in aedibus
Maestum silentium: fores
Rarus cucullus obsidet tuas, sonat
Stridore raro janua.
Quid ages misella ? saevientis inguinis
Pruriginem quis leniet?
Frustra angiportus, viculos, forum gravis
Lenone calatho dexteram
Perambulabis: clausa frustra ad ostia
Spectans trahes suspiria,
Cum fervor imis aestuabit artubus,*

(1) *Ibid.*, págs. 344-345.

*Libidosum cum jecur
 Vis ulcerabit acris, impatiens morae,
 Cum flamma viva concitam
 Aget per urbem: qualis altis montibus
 Matres equorum agit furor
 Per saxa, & asperis invium rubis nemus,
 Et imbre fluctus turgidos:
 Qualis per Idam mugientem adulterum
 Sequuta Solis filia:
 Cum te furoris vis, pudore fortior,
 Leonora, sic raptaverit,
 Tunc ego vicissim laetus adspiciam tuam
 Securus animi insaniam,
 Duraeque Amori vindici superbiae
 Nemesique solvam victimam (1).*

Há um momento, em que o poeta, devorado pelo ciúme, que não por uma paixão sincera de fidelidade mútua, parece, em seu desespero, regozijar-se com o desatino de satiríase, a que se entrega a venal criatura. É ao ver, nela, o castigo do amor justiceiro e da deusa da vingança ofendida (2)! Mas toda a forma de nobreza, que pode revestir a paixão erótica, anda longe. As composições a Leonor sucedem-se, depois, num incessante massoquismo de rebaixamento dos dotes físicos e morais da infeliz mercenária, coberta de tintas e ouropéis e disposta a todo o meretrício de sarjeta, com uma única preocupação, o dinheiro, sem se importar muito que os clientes sejam lentes do Colégio das Artes, estudantes, cozinheiros, porquinhos, marujos, ou carrejões...

Não vale a pena deter-nos na análise psicológica deste humanista quarentão, degradado até às formas mais baixas dos amores venais, e que, em momentos de resipiscência, exclama envergonhado:

*Plebi lupanar prostitutum sordidae
 Vocare amores pertuli?
 O fraus, amorque, & mentis emotae furor,
 Et impotentes impetus
 Quo me abstulistis (3) ?*

(1) *Ibid.*, págs. 345.

(2) *Ibid.*.

(3) *Ibid.*, págs. 344.

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 317

Mas o rebate de consciência emudece e ele retorna à mesma obsessão de enxurro, sem contrição nem elegância, a não ser a da métrica formal, em que se mantém exímio (1). E Piéride ? A abjecção requinta, porque degrada o sórdido mister com a baixeza de proxeneta da filha (2).

A que altura se manteve o lirismo alado de Camões, com respeito a Mestre Jorge, se a sua Leonor representa, na lírica, uma sobrevivência de Coimbra e do ambiente frequentado pelo humanista escocês!

Neera reveste-se de maior elegância meretrícia; e as formas poéticas, em sua leveza sensorial expressiva, são bem mais delicadas que as atribuídas a Leonor. Mas a carência de densidade psicológica, salvo em fugidios traços (3), priva-as de interesse verdadeiramente lírico. O poeta, se é sensível aos amavios do amor fácil, tem, notoriamente, o coração vazio (4). Alisa, Filis e Gélia dão, apenas, origem a metrificações correctas com um dardo cáustico à beleza postiça da terceira musa: *picta belle* (5).

Ao percorrermos esta galeria erótica de Buchanan, parece-nos de advertir que, no processo inquisitorial do humanista, não há qualquer alusão ao desregramento de vida do poeta, nem a estes seus versos desbragados. Como explicá-lo ? Não é improvável que o avisado escocês, tão calculado e nem sempre verídico nas suas declarações, se tivesse precatado a tempo. Desde a morte de André de Gouveia, os mestres bordaleses passaram a sentir-se menos à vontade, em Coimbra. Embora a prisão tivesse sido de surpresa, seu irmão Patrício já, em Abril de 1549, se ausentara de Portugal. Jorge podia ter-lhe confiado os manuscritos de maior estimação, pois os inquisidores nenhuma referência directa lhes fazem, a não ser de outiva. Também, acaso, Jorge Gonçalves, ao examinar o espólio do humanista, na pre-

(1) *Ibid.*, págs. 354-357; 361; 363; 392; 397;; 403.

(2) *Ibid.*, págs. 360 e 397.

(3) Cfr. *ibid.*, pág. 358:

**Illa mihi semper praesenti dura Neera,
Me, quoties absum, semper abesse dolet.
Non desiderio nostri, non moeret amore,
Sed se non nostro posse dolore frui.**

(4) *Ibid.*, págs. 334-337; 337-338.

(5) *Ibid.*, págs. 358, 338 e 360.

sença de Marcos Romeiro e Fr. Martim de Ledesma, contentando-se com arrolar os livros perigosos, não ligasse importância a versos latinos, entregues com tudo mais, a pedido do dono, a Nicolau Grouchy (1).

Poesia de ficção e puro passatempo literário ou reflexo do erotismo temperamental do humanista, ela aí está a sublinhar um traço psicológico da alma de Buchanan e sua passagem por Coimbra e Portugal.

O VALOR DUM TESTEMUNHO

As impressões gerais levadas de Portugal, e de Coimbra portanto, pelo humanista, avultam como muito pouco lisonjeiras. Não lhe queiramos mal por isso. Mais nos pesaria se, ressentidos dele, o esquecêssemos injustamente. As acções menos nobres, quando pesadas com isenção, também dão lugar a reflexões salutares.

E a primeira é que não devemos ligar excessiva importância ao quadro, em grande parte, negativo, que o humanista escocês nos dá, em seus versos, por vezes tão corrosivos, de Portugal e do meio coimbrão. O seu feitio celta, exageradamente apaixonado, retira, em grande parte, valor crítico às suas apreciações e explica o extremismo dos seus louvores e dos seus vitupérios (2).

Nem se queira atribuir a impressão hostil, com que saiu de Portugal, ao processo da Inquisição, em que ele se viu envolvido. O Santo Ofício foi, para com o humanista, de relativa benignidade, desde a prisão, a 10 de Agosto de 1550, no paço do bispo, em Coimbra, até à sua subsequente transferência para os Estaus de Lisboa, onde entrou a 15 (3). Aqui, permaneceu, cerca de um ano, sendo julgado, em Julho de 1551. Intimou-se-lhe o libelo de culpas e deu-se-lhe margem, por mais de uma vez, à auto-defesa, que foi hábil. Buchanan confessou o seu passado filo-luterano e calvinista, a autoria dos panfletos anti-minoritas, as suas sátiras à vida eclesiástica, os seus erros em matéria

(1) Mário Brandão, *O processo na Inquisição de Mestre João da Costa*, I, págs. 12-18.

(2) D. Macmillan, *op. cit.*, págs. 2 e ss..

(3) Mário Brandão, *ibid.* e Guilherme J. C. Henriques, *op. cit.*, págs. 21.

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 319

de fé, quanto à existência do purgatório, às indulgências e à Eucaristia, bem como a sua despreocupação das leis eclesiásticas do celibato e da abstinência e do jejum. Declarava-se, porém, arrependido dos erros, absorvidos na Grande Babilónia de Paris, assegurando ter cumprido os seus deveres religiosos essenciais, nos últimos tempos, e haver beneficiado de um perdão geral em França, no ano de 1543, que aliás se provou inexistente (1).

Previendo dificuldades, em Portugal, por causa deste passado, ele prevenira D. João III que, segundo parece, não se impressionou grandemente com o caso (2). Desde que o mestre escocês se não desse a propagandas activas da Reforma, o ambiente português estava vacinado para semelhantes miasmas de irreverência. O teatro de Gil Vicente (1502-1536), de facto, não fora menos virulento, nas suas sátiras anti-monásticas. O próprio bispo de Coimbra, D. Fr. João Soares, era mal visto em Roma, pois as suas maneiras não só tresandavam a heresia, mas eram péssimas, dizia-se na Cúria, em instruções para o Núncio Luís Lippomano. Em questão de acatamento à Santa Sé, basta ver que, a 20 de Outubro de 1548, o prelado ousava escrever para D. João III que, em Roma, só se pensava em benefícios eclesiásticos e dinheiro. Os seus costumes também tinham fama, não só de altamente dissolutos, mas até de sacrílegos (3). Ora isto era muito mais sério e escandaloso que as culpas e facécias do humanista, em tempos idos de Paris e Escócia ou Bordéus. A Inquisição devia reconhecê-lo e, por isso, impôs-lhe, apenas, que retratasse publicamente, perante o tribunal, os erros em que, por algum tempo, incorrera, e uns meses de recolhimento no mosteiro de S. Bento de Xabregas, para os ocupar «em exercícios virtuosos e cousas neçarias pera sua saluaçam» (4).

O humanista chasquearia, mais tarde, da ignorância teológica dos Cónegos de S. João Evangelista (Loios), embora prestasse homenagem à sua piedade e cortesia (5), esquecido de que os seus hospedeiros

(1) Guilherme J. C. Henriques, *ibid.*, págs. 21-39.

(2) Mário Brandão, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, págs. 479-481.

(3) Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, III/2, Coimbra, 1915, págs. 26, nota 1 e págs. 758-759.

(4) Guilherme J. C. Henriques, *ibid.*, págs. 38.

(5) *Vita* * 4v: «... hominibus quidem alioqui nec inhumanis, nec malis, sed omnis religionis ignaris».

mais se dedicavam, desde 1530(1), a obras de assistência hospitalar que a actividades especulativas ou culturais.

A estadia em Xabregas proporcionou-lhe, porém, como dissemos, ocasião de fazer uma das mais notáveis traduções parafrásticas dos Salmos, em delicados versos latinos; e, a 17 de Dezembro de 1551, o humanista recebia licença para deixar o convento e permanecer com homenagem em Lisboa, recuperando plena liberdade, a 28 de Fevereiro de 1552(2).

Há um pormenor, nesta emergência dolorosa, que não deve passar despercebido, porque ele sublinha um traço positivo, muito simpático, na fisionomia moral complicada de Buchanan. Ao contrário do que sucedeu com Diogo de Teive, João da Costa e, depois, Marcial de Gouveia, cujos processos, em desculpas à conta de outrem, são vergonhosos, o humanista escocês, apesar das sugestões recebidas para reforçar a sua defesa com denúncia de cúmplices, não acusou ninguém (3).

Exagerar-se-iam, sobremaneira, as circunstâncias da detenção em Xabregas, se dela se tirassem consequências de complicação para a vida social do humanista, no meio português. Ele próprio confessa que, pedindo a D. João III uma subvenção para voltar a França, el-rei a concedera para seu sustento, com promessa de lhe aproveitar os serviços em cargo honesto (4), fundando-se, talvez, nas impressões colhidas, durante a sua visita a Coimbra e ao Colégio das Artes, em Novembro de 1550, já depois da prisão do mestre escocês. O monarca, porém, era lento na efectivação dos seus designios e o humanista, enervado com a demora de resolução, encontrando passagem numa nau de Creta, que levantava ferro para Inglaterra, saiu de Portugal (5).

(1) Mário Carmona, *O Hospital Real de Todos-os-Santos da Cidade de Lisboa*, págs. 194 e 351. Lisboa, 1954.

(2) Guilherme J. C. Henriques, *op. cit.*, págs. 39-40.

(3) *Ibid.*, págs. 32 e 33.

(4) *Vita* * 4v: «Tandem libertati redditus, cum a Rege commeatum redeundi in Gallias peteret, ab eo rogatus ut illic maneret, pecuniola interim accepta in sumtum quotidianum, donec de conditione aliqua honesta prospiceretur». Os exa-geros de D. Macmillan [*op. cit.*, págs. 93-94] são manifestos.

(5) «Sed cum procrastinationis, nec in certam spem nec certum tempus, taederet, navem Cretensem in portu Olysiipponensi nactus, in ea in Angliam navigavit». *Ibid.*.

O PANO DE FUNDO DOS ÚLTIMOS ANOS

Buchanan chegou à Grã-Bretanha como um mártir. Mas, apesar das promessas vantajosas que ali lhe faziam, o coração sentia-se roído de saudades da França, e nomeadamente de Paris, cujo contraste com Portugal era flagrante e lhe destilou da pena o *Desiderium Lutetiae*, saudação calorosa à cidade do Sena, que não via, desde 1545:

«Ó formosa Amarília! Há sete invernos e sete estios que me vejo longe da tua vista! Mas nem sete invernos carregados de nuvens prenhes de neve, nem sete estios escandecidos de calmas devoradoras, abrandaram, em meu peito, as saudades sempre vivas...» (1).

La abrir-se, na vida do humanista, o período mais decisivo. A Inglaterra não era clima para o seu espírito. Northumberland, que partilhara o poder com Somerset, depois da execução deste, em Janeiro de 1552, patrocinava, agora, as pretensões ao trono da mulher de seu filho, Lady Jane Grey. O país dividido em feudalismos rivais, sob o frágil governo de Eduardo VI, não era, ainda, ambiente para um humanista do génio de Buchanan. Bastou-lhe uma simples demora de meses para, nos princípios de 1553, atravessar o Canal e desembarcar em França (2).

As coisas, porém, tinham também mudado, aqui. Henrique II mergulhara na guerra, em terra estranha, e as lutas religiosas retalhavam o interior do país. Buchanan ainda se não tinha pronunciado pela Reforma; mas as suas propensões anti-clericais e anti-romanistas eram, por demais, conhecidas à volta da Sorbona.

Carlos V levantou o cerco de Metz e o mestre escocês celebra a vitória de Henrique II com um poema (3). Entretanto, entrava para o Colégio de Boncourt como regente, leccionando nele, dois anos, e alargando o círculo das suas influências literárias e sociais.

Carlos du Cossé, Conde de Brissac, tornou-se um dos melhores amigos e o humanista manteve-se na intimidade do nobre marechal de França, durante cinco anos.

(1) *Poemata*, págs. 322-324. É possível que o poema tenha sido escrito, todavia, em Portugal, como pensa Macmillan, *op. cit.*, págs. 98 ? Não julgamos, pois talvez lhe criasse dificuldades. Só se foi a bordo ou Tejo abaixo.

(2) D. Macmillan, *op. cit.*, págs. 96-97.

(3) *Poemata*, págs. 397-398.

A tomada de Vercelli pelo Conde, em 1558, deu matéria ao poeta para uma ode e, no ano seguinte, a edição do *Jephtes* proporcionou-lhe novo pretexto para uma dedicatória entusiasta (1). Brissac, desvanecido, confiou ao dramaturgo a educação de seu filho Timoléon du Cossé, prematuramente morto, pouco depois, no cerco de Mucidan. Ao jovem militar dedicou, Buchanan, como vimos o mais ambicioso, embora incompleto dos seus poemas : o *De Sphaera* (2).

Acompanhando o mecenas à Itália, até 1560, o mestre escocês teve ocasião de conhecer, de perto, a Igreja Cisalpina. As impressões, apesar da influência salutar que o Concílio Tridentino com suas reformas começava a exercer, não foram lisonjeiras. Abismando-se, subjectivamente, no estudo da Bíblia e posto em contraste com o movimento protestante, o rumo era fatal.

Por outro lado, a Escócia, com os tratados de Berwick e de Edimburgo, que levaram à evacuação das tropas francesas, entrava num período de acalmia. Suspiroso da terra natal e, acaso, vendo possibilidades de concorrer para a orientação religiosa, política e cultural do seu país, Buchanan regressou aos ares pátrios, depois duma ausência de 25 anos (3). Maria Stuart, duas vezes rainha, da Escócia e da França, depois da vitória de Calais, que o poeta celebrara (4), perdera o marido Francisco II, a quem sucederia, a 5 de Dezembro, seu irmão Carlos IX, sob a regência de Catarina de Médicis. A 19 de Agosto do ano seguinte, desembarcava no reino, que lhe pertencia, por seu pai Jaime V.

Buchanan estivera, em França, intimamente ligado à soberana. Ele cantara, em altissonante epitalâmio, as núpcias de Francisco de Valois e de Maria Stuart (1558-1559). Quando o príncipe morreu, deplorou, em trenos sentidos, o seu inesperado desaparecimento (5). Maria casou, segunda vez, com o filho do Duque de Lennox, Henrique Darnley, e o humanista saudou o consorte:

*Optime Rex, opto, sit tibi certa salus:
Hoc satis est unum: quoniam te sospite nobis,
Succedent regno prospera cuncta tuo* (6).

- (1) *Ibid.*, págs. 187-189.
- (2) *Ibid.*, págs. 412 v. 7 e ss..
- (3) *Vita* * 4 v 5 - .
- (4) *Poemata*, págs. 331-332.
- (5) *Ibid.*, págs. 324-331.
- (6) *Ibid.*, págs. 378.

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 323

Maria Stuart, ao voltar de França, viúva de Francisco II, consagrando ao humanista sincera estima, repetimos, quis aproveitar-lhe os serviços para completar a sua cultura clássica, ouvindo-lhe os comentários sobre Tito Lívio e nomeando-o poeta da corte (1).

O casamento da rainha com Darnley foi fecundo, mas inditoso. O consorte real pertencia àquela nobreza de transição do mundo feudal para a Renascença, corrupta, ambiciosa, individualista e desordeira, da Escócia e da Inglaterra, no século xvi. Ao que parece, não se resignava à simples condição de marido da rainha. Queria reinar por si. Ciumento, pôs-se à frente dos assassinos do valido e secretário da soberana, David Riccio, a quem se atribuía a fidelidade de Maria Stuart ao catolicismo. Detestado, porém, pela facção fiel à filha de Jaime V, pereceu na explosão de pólvora com que os seus rivais se quiseram desembaraçar dele (9-2-1557). O principal destes, Jaime Hepburn, Conde de Bothwell, assaltou o lugar do morto, dando-se por protector da rainha viúva e colocando-a em tais apertos que ela, depois de abertas recusas, teve de aceitá-lo por terceiro marido (15-5-1567), após o divórcio do pretendente com sua primeira mulher. O matrimónio, aliás, embora desaconselhado pelo confessor, foi sancionado por três bispos católicos (2).

Não se pode provar, historicamente, a cumplicidade da rainha na morte de Henrique Darnley. O derradeiro casamento, a que ela, não por paixão erótica, como seus inimigos propalaram, mas pela força das circunstâncias políticas, de que a trama de adversários hábeis não andou ausente, insensatamente se sujeitou, perante o bispo protestante das Órcades (3), é que constituiu passo em falso, e fatal, tanto à realeza, como à vida da desposada, e bem mais de estranhar, quanto é certo, nesse momento, estar já assegurada a sucessão ao trono, em seu filho Jaime VI da Escócia e I de Inglaterra.

Os protestantes e, principalmente, os predicantes Knox e Craig, assanhados com o ascendente de Bothwell, aproveitaram a conjuntura para se desembaraçar da persistente influência católica de Maria, que há muito os molestava, no intento de realizar a unificação reformista

(1) A. H. Millar, *Buchanan and Mary*, em *George Buchanan — A Memorial*, págs. 83.

(2) Luís Pastor, *Storia dei Papi*, VIII, Roma, 1929, págs. 384-388.

(3) *Ibid.*, págs. 385. O resumo de toda a questão feita por Pastor é duma lucidez e isenção notáveis.

escocesa. Estalou a revolta. A rainha procurou, em vão, dominá-la. Prisioneira em Carberry Hill, enquanto Bothwell fugia, abdicou a favor de seu filho, de 13 meses, em 1567, sendo este coroado a 29 e pregando, na solenidade, o reformista Knox, que pediu a morte da rainha por adultério e conjugicídio.

Maria tentou, ainda, recuperar a situação em Longside, no ano seguinte. A sorte das armas, porém, foi-lhe adversa. Teve de refugiar-se em Inglaterra, onde, depois dum longo calvário de intrigas diabólicas e privações, veio a morrer no cadafaso, vítima das suas ingenuidades, às ordens de Isabel (1).

Buchanan já, por este tempo, aderira à igreja reformada e enfileirava ao lado de Conde de Moray, pelo qual fora indicado para Principal do Colégio de S. Leonardo, em 1566. Na luta contra Maria Stuart, tornou-se um dos mais encarniçados inimigos da infeliz soberana da Escócia, dando-a como cúmplice do atentado que vitimou Henrique Darnley. A sua *Detectio* recolhe as mais grosseiras atoardas contra a pobre caluniada e constituiu a sua contribuição, como secretário da comissão escocesa, para o libelo acusatório, apresentado na conferência de York, em 1568, pelo Conde de Morton e, depois, em Westminster. Desse *Book of articles*, fazem parte algumas das célebres *Casket letters* (2), supostamente escritas por Maria Stuart a Bothwell e que o humanista, como perito, deu, não só por genuínas, mas por autografas, ao passo que a rainha as repudiou, firmemente, no processo intentado contra ela, para justificar a sua condenação à morte. Buchanan desempenhou, em toda a causa, um papel tanto mais odioso quanto fora grande a protecção que a incriminada sempre lhe dispensara, agravando-se

(1) *Ibid.*, X, Roma, 1928, págs. 277-276.

(2) As *Casket letters* constam de 8 cartas, sem endereço nem assinatura, e uma série de sonetos irregulares, dados pelo Conde Jaime de Morton, como encontrados pelos seus criados numa caixinha de prata, sequestrada a um dos partidários de Conde Jaime de Bothwell, a 20 de Junho de 1567, seis dias depois da rendição de Maria Stuart, em Carberry Hill. Os originais, em francês, desapareceram em 1584, após a execução do Conde Guilherme de Cowrie, seu detentor. A mais incriminada carta é a segunda. R. H. Mahon logrou contestar, pertinentemente, a sua autenticidade. Cfr. «Encyclopedia Britannica», IV, London, 1947, págs. 967-968, sv. *Casket letters*. Ver, sobretudo, *ibid.*, págs. 310b-311 la s.v. *Buchanan, George*. Se não há prova da falsificação directa do humanista, «it must be admitted that Buchanan was a willing agent in Moray's disingenuous handling of the case against the queen». *Ibid.*.

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 325

a situação do humanista perante o juízo da história pelos termos demagógicos do seu ataque. Na verdade, são tais os motivos de suspeita — já que o partido, que apresenta a correspondência como genuína, se manchou de numerosas falsidades — que nenhum crítico cauteloso a pode aceitar, hoje, como prova irrefragável de culpa, a despeito de todas as tentativas feitas para demonstrar a sua autenticidade (1).

Na vultuosa bibliografia da controvérsia sobre as *Casket letters*, não faltam autoridades de peso que as tomem por genuínas, como T. F. Henderson, Harry Bresslau, W. Robertson e Macmillan. Mas outros autores não menos ponderosos, como E. Bekker, George Chalmers, Walter Goadall, J. Hotack, R. H. Mahon, B. Sepp, John Skelton e William Tyller, com melhor fundamento, repudiam-nas como fraude habilidosa (2). Buchanan, se não foi autor desta, fez-se seu odioso cúmplice, ao consigná-la na *Detectio* ou *Ane Detectioun of the Doingis of Marie Queue of Scottis*, tradução escocesa do original latino.

A posição do humanista, quando menos, avulta como pouco nobre. Com todo o filo-democratismo que revela, no *De Jure Regni apud Scotos*, que, entretanto, seria condenado por um *Act of Parliament*, em 1584, e proibido de circular por ordem do Conselho Privado, em 1664 e 1688, depois de queimado pela Universidade de Oxford, em 1683; com todo o prurido de isenção que, na *Rerum Scoticarum Historia*, pretendeu purgar a historiografia nacional de algumas mentiras inglesas e vaidades escocesas — *of sum inglis lysis and scottis vanite* — é lamentável o papel de Buchanan, ao prestar-se a discutir com os ingleses, na Assembleia de York — Westminster, a culpabilidade de Maria Stuart.

Mais repugnante, por sobre tudo isto, é ver um humanista culto e viajado ao serviço do despotismo duma rainha estrangeira, ambiciosa e vingativa: Isabel de Inglaterra. A que distância se colocava, ele, de antigos vaticínios, cheios de subserviência:

*Regina Scota diliget
Anglam, Angla Scotam diliget! ('S).*

(1) D. Macmillan [*op. cit.*, págs. 181-200] é um dos mais ardentes defensores da integridade moral de Buchanan na condenação de Maria Stuart. Mas suas razões estão longe de ser convincentes. Pastor põe as coisas no seu lugar. Cfr. *op. cit.*, VIII, págs. 386, nota 3: «Lo scritto accusatorio presentato contro Maria alia conferenza di Westminster nel 1568, il *Book of Articles* ribocca di grossolane cauienie, ... alle quali diede la più larga publicita la *Detectio* di Buchanan».

(2) C. Read, *op. cit.*, *ibid.* Ver *supra*, págs. [268], η. 2.

(3) *Poemata*, págs. 402-403.

Não admira assim que, embora Maria Stuart, indignada, declarasse opor-se a que o humanista se aproximasse de seu filho, quando fosse hora de tratar da educação dele, Buchanan não ligasse, também, importância ao desejo da mãe. Mais do que isso, em 1570, após o assassinato do Regente Conde de Moray, não só aceitou o encargo do preceptorado do príncipe, por convite do seu amigo Duque de Lennox, mas, antigo membro do Conselho Privado, comendatário da Abadia de Crossraguel e guarda do Selo Privado por generosidade de Maria, prestou-se a tomar conta da Chancelaria da Escócia e aceitou à sua nomeação para Lord do mesmo Selo Privado, que lhe deu assento no Parlamento até 1578 (1).

O resultado da sua ação pedagógica sobre o príncipe e da sua subserviência a Isabel de Inglaterra apurou-se, quando Jaime VI, caído nas mãos do partido anglofilo, a troco da herança do trono da *rainha-donzela*, condescendeu vergonhosamente em não ligar interesse à execução de sua própria mãe, em Fevereiro de 1587. A justiça imanente também não poupou o preceptor. Se não fora a morte libertadora, Buchanan não teria, acaso, melhor sorte que Maria Stuart, pois o pupilo, em processo movido ao mestre, tirando as consequências dos princípios que este lhe inculcava, dispunha-se a chamá-lo a contas, por sedicioso. E sabe-se o prêmio, dado aos heróis destas aventuras, na Escócia do tempo, e em mãos do «doido mais ajuizado da Cristandade» (2).

Quando, na última doença, os ministros reais se apresentaram junto do leito de morte de Buchanan para o interpelar sobre certas passagens dos seus escritos, o moribundo respondeu: «Dizei a quem vos mandou que me encontro citado para um Tribunal superior» (3). E breve chegou essa derradeira e inapelável instância, em que se dá a cada um o que merece.

No pretório da história, há, também, um veredicto que, entrementes, interessa aos que se ocupam, em perspectivas de cultura, com juízos críticos de valor e não, simplesmente, com fenomenologias literárias.

Ora, diante desta figura do humanista escocês, reformista puritano, mas acomodaticio, a interesses de ordem material e política, sem negar os seus dotes invulgares de poeta, dramaturgo, cronista e pedagogo, a sua envergadura moral surge-nos revestida de contrastes desconcer-

(1) D. Macmillan, *op. cit.*, págs. 180 e 220.

(2) *Ibid.*, págs. 204. Cfr. «Encyclopedia Britannica» sv. *Buchanan, George*.

(3) D. Macmillan, *op. cit.*, págs. 275.

BUCHANAN E O AMBIENTE COIMBRÃO DO SÉCULO XVI 327

tantes, em que a objectividade não é a virtude mais característica das apreciações. Recolhemos as suas impressões do ambiente português e coimbrão, que ele atravessou entre esplendores de renome estético e humilhações de encarcerado, por suspeitas não infundadas de reformismo herético, que as estruturas nacionais repeliam com vigor.

A reacção literária do mestre escocês, em face do panorama lusiada, que ele contactou, expressa em momentos de ressentimento, não foi desvanecedora. Mas, ao projectá-la, no pano de fundo dos últimos anos da sua vida, depois de tudo quanto fica dito, não podemos impressionar-nos, demasiadamente, com ela. A carapuça furta-cores, oportunista, tão bem enfiada, em rude vernáculo, pelo autor do *Chamaeleon*, na cabeça do seu inimigo de facção, William Maitland, de Lethington, afinal de contas, também lhe quadra. Perturbante figura! Conturbados tempos! E a história a repetir-se...

DOMINGOS MAURÍCIO GOMES DOS SANTOS